

# SEGURANÇA PARA SEGUIR NA LUTA

A experiência do Fundo Brasil  
com a proteção de defensoras e  
defensores de direitos humanos

## PROTEGENDO QUEM PROTEGE

CONJUNTURA PERIGOSA  
DUAS FRENTES COMPLEMENTARES DE AÇÃO  
A FOLHA VERDE NO SAPATO DELES:  
ENTRE A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E O CRIME

4

10  
12

16

## EMERGENCIAL: A RESPOSTA RÁPIDA

UM RETRATO DA EMERGÊNCIA  
COMO OS RECURSOS FORAM USADOS  
A PROTEÇÃO COMO ATO POLÍTICO  
COMUNICAÇÃO POPULAR NA MIRA DA VIOLÊNCIA

23

28  
34  
35

37

## EDITAL: A AÇÃO ESTRUTURANTE

APOIO BASEADO EM DIÁLOGO  
POPULAÇÕES E TERRITÓRIOS APOIADOS NOS EDITAIS  
PERFIL DOS VIOLADORES  
CAMINHOS DE AVANÇO

44

49  
53  
56  
58

## EM REDE, ENFRENTAR A CRIMINALIZAÇÃO DO DIREITO DE LUTAR

64

## DESAFIOS ESTRUTURAIS E O PAPEL DA FILANTROPIA

UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO  
A DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

72

79

## DADOS E ACHADOS DA AVALIAÇÃO

83





## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO

1

2

3

4

5



# PROTEGENDO QUEM PROTEGE

Do acompanhamento próximo ao trabalho de ativistas de direitos humanos surgiu a linha de proteção a defensores(as) do Fundo Brasil. Um trabalho que cresceu e ganhou protagonismo na fundação

1 ]  
2  
3  
4  
5





Uma das premissas da democracia, lutar por direitos sociais e políticos, no Brasil é uma atividade de alto risco. Há dados consistentes que sustentam essa afirmação. De acordo com o relatório *Na Linha de Frente – Violência contra Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no Brasil (2023–2024)*, das organizações Justiça Global e Terra de Direitos, em média, uma pessoa sofre violência por defender direitos humanos a cada 36 horas no Brasil.

São 1.657 casos de violência contra defensores defensoras de direitos humanos no país entre 20

, segundo o mesmo estudo. Entre eles, estão casos que se tornaram emblemáticos, como o brutal assassinato de Bernardete Pacífico, conhecida como Mãe Bernardete, ialorixá e liderança quilombola da Bahia.

A questão foi abordada pela Relatora Especial da ONU sobre a situação das pessoas defensoras de direitos humanos, Mary Lawlor, em relatório divulgado em abril de 2024.

Em uma declaração por escrito após a divulgação do relatório, Lawlor afirma que “pessoas defensoras de direitos humanos estão sob extrema ameaça no Brasil. O Governo Federal tem consciência disso, porém até agora não conseguiu implementar as estruturas

1 ]  
2  
3  
4  
5



necessárias para proteger defensoras e defensores e combater as causas dos riscos que enfrentam”.

Ela afirmou, ainda, ter ouvido “repetidamente” histórias de defensores e defensoras que sobreviveram a tentativas de assassinato, que foram baleadas, tiveram suas casas cercadas, sofreram ameaças de morte. Pessoas que tiveram seu trabalho criminalizado, afirmou a Relatora Especial da ONU.

1 ]  
2  
3  
4  
5

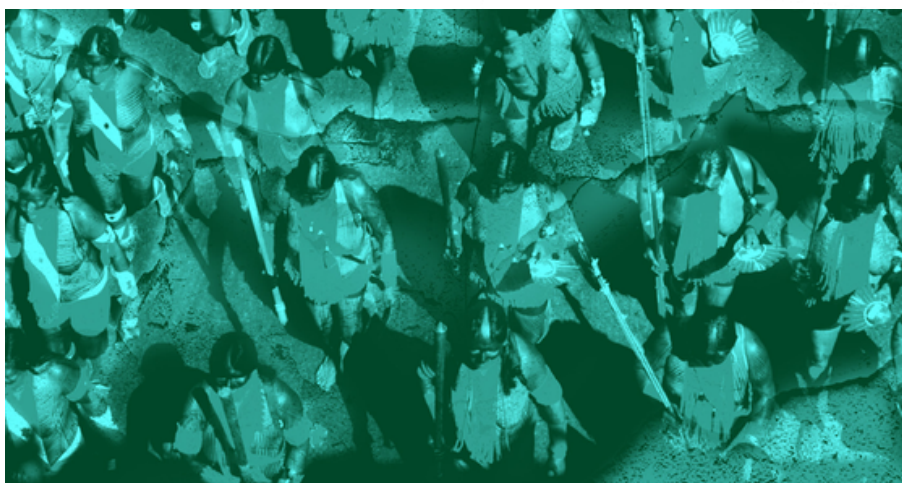




O Fundo Brasil de Direitos Humanos foi criado por iniciativa de ativistas históricos no cenário brasileiro da luta por cidadania e justiça social. Tem como objetivo fortalecer organizações da sociedade civil, sobretudo as formadas por pessoas e comunidades diretamente afetadas por violações de direitos, para que ergam suas vozes e tenham protagonismo no enfrentamento à violência e na superação das desigualdades estruturais que marcam a nossa sociedade.

1  
2  
3  
4  
5

A proteção desses e dessas ativistas é um dos eixos centrais deste trabalho. Este enfoque cresceu e se tornou prioritário de forma orgânica no trabalho do Fundo Brasil. Como uma fundação com trabalho consolidado no financiamento da atuação da organização, sempre contou com uma reserva de recursos para além dos editais – mecanismo prioritário de apoio a projetos. Nos primeiros anos de trabalho da fundação, essa reserva era pequena e usada principalmente para ajudar militantes e seus coletivos a realizarem ou participarem de atividades que não estavam previstas em seus projetos, mas que se mostravam urgentes. Manifestações convocadas de última hora para denunciar ameaças, reuniões estratégicas, campanhas de mídia para impulsionar temas relevantes eram algumas das atividades que elegíveis para esses recursos extras.



1  
2  
3  
4  
5



Em 2017, um ponto chamava a atenção: a recorrência de pedidos de apoio para ativistas e coletivos de direitos humanos em risco de violência. Enfrentando ameaças de morte, perseguições e criminalização, pessoas e comunidades precisavam de uma resposta imediata para garantir sua segurança e, muitas vezes, a própria vida. Desta forma, a reserva de recursos para pedidos de última hora se torna uma primeira aproximação de uma proposta de apoio emergencial.

O Brasil conta desde 2004 com um programa de Estado para dar conta dessa questão. O Programa Nacional de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos

1  
2  
3  
4  
5



(PPDDH) tem o papel de articular medidas para garantir a proteção de pessoas ou grupos que estejam em situação de risco ou ameaça em decorrência de sua atuação na promoção ou defesa dos direitos humanos. Além disso, tem o papel de propor medidas para a superação das causas que geram as ameaças e as situações de risco. A realidade mostra, no entanto, que o programa nunca conseguiu dar conta de todas essas demandas.

## CONJUNTURA PERIGOSA

O ano de 2016, momento crítico da crise institucional vivenciada pelo Brasil, marca um ponto de virada em um processo de desorganização da política brasileira. Esse processo culminou na eleição, em 2018, de um governo com traços autoritários, frontalmente contrário ao eliminar conceito de direitos humanos e com um discurso que estimulava abertamente a violência.

O tema da proteção de defensoras e defensores de direitos humanos ganhou, então, um acréscimo de relevância e urgência.

A sociedade civil organizada brasileira passou a questionar: é possível confiar em um programa estatal no momento em que uma força política antidireitos ocupa o Poder Executivo nacional?

1 ]  
2  
3  
4  
5



A primeira ação do Fundo Brasil para lidar com esse novo cenário foi dialogar com outras entidades da sociedade civil que acompanham o tema. Organizações como Justiça Global, Terra de Direitos, Comissão Pastoral da Terra, além do Comitê Brasileiro de Defensores e Defensores de Direitos Humanos, articulação de organizações e movimentos da sociedade civil criada em 2004 para impulsionar e monitorar o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH).

Essas primeiras conversas identificaram a necessidade de ampliar as informações sobre o tema, em especial a respeito de ações voltadas para aumentar a segurança de militantes e ativistas. Dessa forma, em 2019, o Fundo Brasil realizou um mapeamento que identificou atores-chave no tema e as necessidades prioritárias de proteção das organizações da linha de frente. O estudo mapeia 40 organizações que atuam na promoção da segurança de defensores e defensoras, além de outras 40 próximas ao tema.

O resultado foi a base para a definição da nova estratégia do Fundo Brasil para contribuir com a segurança daqueles que lutam por direitos humanos e ambientais.

## DUAS FRENTES COMPLEMENTARES DE AÇÃO

A partir do levantamento de 2019, o Fundo Brasil desenvolveu uma estratégia para abordar de forma integral a proteção de defensores(as) de direitos.

NESTE CONTEXTO, A SEGURANÇA INTEGRAL SE PREOCUPA COM AS DIMENSÕES FÍSICA, DIGITAL, PSICOSSOCIAL E POLÍTICA DE DEFENSORAS E DEFENSORES.

1 ]  
2  
3  
4  
5



Uma das frentes foi consolidar os Apoios, que passaram a ser destinados exclusivamente para apoiar as organizações no enfrentamento a situações de risco iminente à vida e segurança de seus ativistas.

A segunda frente é a dos editais voltados a fortalecer as capacidades dessas organizações de criar e manter uma cultura de proteção. O primeiro edital da linha Defensores(as) foi lançado em 2020: uma chamada dirigida por meio de convites àquelas 80 organizações do mapeamento para que inscrevessem propostas. Foram selecionadas 22 organizações das cinco regiões brasileiras. Além de receberem recursos financeiros, esses grupos participaram de processos formativos e receberam apoio técnico para avançar no fortalecimento de sua segurança integral – e de seus ativistas.

Em 2025, o Fundo Brasil de Direitos Humanos anunciou resultados da seleção do quarto edital da linha Defensores(as).

Hoje consolidada, essa linha tem metodologia estruturada para dar resposta rápida a pedidos emergenciais de ajuda financeira para proteger a vida e a integridade de ativistas, seu entorno próximo e seus territórios, ao mesmo tempo em que fomenta uma cultura de segurança integral, em ações estruturantes

que são apoiadas por meio dos editais e de um trabalho de prazo mais longo. Esse trabalho inclui acompanhamento cuidadoso de cada projeto feito pela equipe do Fundo Brasil, análises de conjuntura dialogadas com cada organização ou coletivo e também entre organizações, incentivo à produção de diagnósticos, análises de risco e planos de ação concreta.

## EM RESUMO

A linha Defensores(as) do Fundo Brasil atua por meio de duas metodologias complementares. O apoio emergencial, para situações de risco imediato, possibilitando acesso ágil e flexível a recursos que permitam proteção, medidas de segurança, assistência à saúde mental e física, apoio jurídico, deslocamento e outras ações. E o Edital Defensores(as), voltado para o fortalecimento institucional das organizações e incorporação de uma cultura de segurança integral como parte de sua atuação.

A linha Defensores(as) do Fundo Brasil é o primeiro – e, até hoje, único no campo da filantropia de justiça social – programa de apoio voltado para a sociedade civil brasileira e dedicado inteiramente a fortalecer organizações na perspectiva da proteção de defensores e defensoras.

1 ]  
2  
3  
4  
5

Esta publicação conta essa trajetória. Traz aprendizados, desafios, conclusões e histórias concretas de ativistas que precisaram recorrer a este apoio. Mostra como fortalecer a proteção de defensoras e defensores se tornou estratégia e compromisso permanente do Fundo Brasil.



1 ]  
2  
3  
4  
5







# A FOLHA VERDE NO SAPATO DELES: ENTRE A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E O CRIME

Liderança comunitária enfrenta pressões políticas e ameaças do tráfico de drogas. Com o apoio do Fundo Brasil, segue na luta pelos direitos de sua gente e do meio ambiente

1 ]

2

3

4

5



"Imagina você ter a pessoa que tá no comando [do tráfico de drogas na comunidade], com a metralhadora na mão, e dizendo que ia chegar em dois minutos e eu sabia o que ia acontecer? Isso meus filhos escutaram."

O relato é de Alessandra\*, militante do movimento de moradia em uma capital do Nordeste brasileiro. Há alguns anos, ela recebeu uma ligação que deu início a uma história de medo e violência, na qual a linha Defensores(as) do Fundo Brasil foi uma importante salvaguarda de sua segurança.

Há quase uma década, o coletivo de Alessandra está envolvido em uma luta histórica contra a especulação imobiliária em uma área de proteção ambiental da cidade, o que inclui resistir a diversos processos de expulsão. A disputa tem a ver com o direito à cidade e à moradia, mas também com a preservação de áreas verdes, fundamentais também no meio urbano. Segundo a militante, ela e seus colegas de luta são "a pedra, na verdade, a folha verde no sapato deles".

Nesse processo, sua mobilização já impediu a construção de uma via que causaria desmatamento e retirada de famílias, que seriam levadas para outra área da cidade, a quilômetros de distância de seus laços comunitários.

1 ]  
2  
3  
4  
5

"A gente foi para cima e conseguimos revogar um decreto do prefeito. Quase metade das famílias ainda se mudou, mas a gente conseguiu o pedido de regularização fundiária para quem ficou e ampliar a área de interesse social", conta.

Em 2020, o coletivo iniciou eliminar uma horta comunitária. Além de um espaço de convivência e produção de alimentos saudáveis, a horta cumpre uma função de resgate cultural: segundo Alessandra, a região con- tava no final dos anos 1990 com quatro terreiros de religiões de matriz africana. Hoje, não sobrou nenhum ativo. Mas, por meio da horta, foi possível recuperar plantas consideradas sagradas nessas religiões, repre- sentando um dos últimos espaços de conexão com a terra e a ancestralidade.

A horta passou a ser o motivo de um novo conflito com o poder público quando, em 2024, surge a proposta de construção de um conjunto habitacional no local. O que parece um avanço social, trouxe problemas por não ouvir as pessoas da comunidade: uma parte do projeto seria construída em cima da horta. Isso levou à oposição do coletivo e de parte da comunidade, que se dividia na questão.

É nesse contexto que uma briga comunitária e uma falsa acusação levam o conflito à polícia, o que cha-

1 ]  
2  
3  
4  
5

mou a atenção do crime organizado local, que não gostou desse tipo de movimentação em “seu” território. A acusação foi retirada, mas o coletivo ficou na mira dos traficantes, que diziam que as ativistas estavam delatando pessoas ligadas ao crime para as forças de segurança.

Foi nesse contexto que Alessandra recebeu a ligação descrita no início desta história, de uma pessoa envolvida em suspeitas de morte na comunidade.

“No meio de uma guerra em que morreram oito jovens em quatro meses, imagina você receber uma ligação dizendo que você está entregando... Mas eu fui muito segura, falei que não era a gente”, recorda, reforçando que a situação está longe de ser novidade para quem luta por direitos nas periferias e favelas brasileiras. “É sempre esse jogo contra as defensoras. Na comunidade, eles dizem que a gente é ligada à polícia, e, na polícia, eles dizem que a gente é ligado ao tráfico.”

O contato foi a senha para buscar ajuda, e foi aí que Alessandra pediu um Apoio Emergencial ao Fundo Brasil. O apoio financeiro permitiu que ela saísse temporariamente da comunidade, junto com três outros membros do coletivo e suas famílias.

Eles conseguiram alugar uma casa. “E aí a gente foi



1 ]  
2  
3  
4  
5



arrecadando mais dinheiro, mas o apoio foi essencial para sair.”

O apoio rápido fez a militante e sua rede se sentirem “protegidos” e “vistos” por outras organizações e programas de proteção. Para Alessandra, o acolhimento e a credibilidade do Fundo Brasil foram cruciais nesse contexto.

## ‘EU VOU FICAR’

A partir daí, a vida de Alessandra se tornou bem mais complicada, com saídas constantes de sua região por questões de segurança. “Mas sempre voltava, não podia sair de vez porque senão iam dizer que realmente era eu que estava entregando”, afirma.

Essas movimentações foram viabilizadas com novo apoio do Fundo Brasil, dessa vez por meio do edital. Com o apoio do Edital Defensoras/es durante um ano, o coletivo conseguiu fôlego para se articular com outras entidades nacionais de defesa de direitos humanos, meio ambiente e outras áreas. Com isso, fortaleceram sua atuação – e sua segurança. “A gente conseguiu fazer essa articulação, fortalecida pela marca do Fundo Brasil. Era isso que a gente precisava”, diz Alessandra.

1 ]  
2  
3  
4  
5

Esse contato consolidou a determinação da militante em continuar a luta em seu território. “Fui conhecendo outras defensoras de outros territórios que também passavam por isso – e que estavam vivas, porque eu só pensava que ia morrer. Aí quando eu escutava das outras defensoras tudo que elas tinham passado e estavam vivas, disse ‘eu vou ficar’.”

No trabalho apoiado pelo edital, o primeiro passo do grupo foi “olhar para dentro” e repensar práticas, incorporando a preocupação com a segurança. “Entrando no programa, consegui entender tudo isso. Essa leitura do meu território, do meu risco, fazer uma escala de risco”, lembra.

Os recursos também ajudaram Alessandra e seus filhos a acessar atendimento psicológico para lidar com a situação extrema. “Eu tive muito problema, e meus filhos lidam com crises de ansiedade”, lamenta.

Ela também reforça a importância da articulação com redes que conseguiram contatar a partir do apoio. E acredita ser possível e necessário ir além. “Como é que a gente faz para juntar isso tudo, para usar esse capital político dessas defensoras para apoiar a outra? A gente precisa pensar nisso, não é só no recurso”, afirma.

O valor do apoio emergencial nem sempre é suficiente



1 ]  
2  
3  
4  
5

para fazer frente à ameaça e continuar garantindo as necessidades básicas e a atuação de quem ficou no território, pondera a ativista. Uma crítica que tem a adesão do Fundo Brasil – a fundação busca captar continuamente recursos para ampliar essa atuação.

A ativista lembra que “nenhuma defensora de verdade vai querer acessar isso, né? Eu não queria nunca ter ganho esse apoio. Eu queria era estar viva, livre, sentada na frente da minha casa tomando minha cerveja, comendo meu camarão, que é para isso que a gente luta lá no território.”

\*O NOME FOI TROCADO PARA GARANTIR A SEGURANÇA DA LIDERANÇA, BEM COMO INFORMAÇÕES QUE PERMITAM IDENTIFICAR SEU TERRITÓRIO



# EMERGENCIAL: A RESPOSTA RÁPIDA

Viabilizar recursos com agilidade para pedidos de  
proteção da vida e da integridade de defensores(as):  
este é o conceito do Apoio Emergencial



Em um cenário sociopolítico de crescente hostilidade e violência, o trabalho de quem defende direitos humanos no Brasil está constantemente sob ataque. Enfrentando ameaças de morte, perseguições e criminalização, ativistas e comunidades precisam de uma resposta rápida para garantir sua segurança e, muitas vezes, a própria vida.



O Apoio Emergencial é desenhado para ser uma resposta ágil, flexível e desburocratizada para essas situações. Ele se destina a indivíduos ou grupos em situação de risco iminente, e tem como objetivo primordial a manutenção da vida e da integridade física de ativistas e lideranças que se encontram em situação de risco ou ameaça em razão de sua atuação na defesa de direitos.

A prioridade é a resposta ágil. Os recursos concedidos nessa modalidade podem financiar ações que promovam:

- Segurança física e digital;
- Assistência à saúde física e mental (apoio psi cossocial);
- Apoio jurídico;
- Deslocamentos seguros;
- Saída do território e realocação temporária de ativistas sob ameaça;
- Denúncias em âmbito local, nacional e internacional;
- Entre outras medidas.

É importante destacar essas ações são decididas por coletivos e ativistas de forma autônoma, e não pelo Fundo Brasil. Ao longo da experiência do Apoio Emergencial, o Fundo Brasil já custeou instalação de câmeras e equipamentos de segurança, realização de encontro para articular organizações parceiras, uso de meios de transporte não identificáveis e assistência jurídica pontual em casos de assédio judicial, entre outros exemplos.

Mas, mais do que isso, o apoio busca também viabilizar a continuidade da luta por direitos de cada

Essa é uma característica que diferencia esse tipo de ação dos programas de proteção a testemunhas

1  
2  
3  
4  
5

de crimes, por exemplo. Nos dois casos, o objetivo é garantir a vida de pessoas ameaçadas em um contexto específico. Porém, na proteção a testemunhas, a ação busca também preservar provas e relatos que ajudem a avançar um processo judicial. Isso significa que retirar as pessoas de seus ambientes é um caminho natural.

No caso de defensores de direitos, isso nem sempre é verdade. As lutas sociais acontecem efetivamente nos territórios. Retirar um ativista ou mesmo um coletivo de seu local pode muitas vezes interromper essa luta – o que, em última análise, significa a vitória dos violadores. Em alguns casos, como em comunidades indígenas e quilombolas, o território é o próprio motivo da disputa.



1

2

3

4

5



## COMO SOLICITAR O APOIO

Um processo simples de solicitação do Apoio Emergencial é um ponto crucial no funcionamento desta metodologia. Ativistas ou organizações devem entrar em contato com o Fundo Brasil pelo e-mail [emergencial@fundobrasil.org.br](mailto:emergencial@fundobrasil.org.br) e solicitar um formulário.

O documento pede informações básicas e um relato da situação de ameaça, para que o Fundo Brasil possa analisar o pedido. Essa avaliação é apoiada por redes de relações para compreender o contexto das ameaças. Se o pedido é elegível para apoio, a equipe cuida de liberar o recurso rapidamente.

Um dos objetivos da avaliação feita pela equipe é comprovar que as ameaças acontecem como resultado da atividade de defesa de direitos desenvolvida pelo solicitante. Não é uma questão de desconfiança, mas de garantir o bom uso dos recursos e, principalmente, fazer com que eles cheguem a quem está realmente enfrentando situações urgentes.



1  
2  
3  
4  
5



## UM RETRATO DA EMERGÊNCIA



A análise do conjunto de dados dos pedidos emergenciais atendidos pelo Fundo Brasil entre 2020 e 2023 apresenta um perfil do problema: quem sofre ameaças, onde elas ocorrem, quais são as violências e quem as comete.

**ENTRE 2020 E 2023, O FUNDO BRASIL CONCEDEU 131 APOIOS DE CARÁTER EMERGENCIAL, DOANDO MAIS DE R\$ 1,3 MILHÃO EM RECURSOS PARA ESTE FIM.**



Este é um dos dados que compõem o relatório da avaliação da linha Defensores(as) conduzida ao longo do segundo semestre de 2025 por uma consultoria especializada em avaliação de impacto de organizações sociais.

O valor médio dos apoios foi de R\$ 10.090,59, sendo que o menor valor solicitado foi de R\$ 2.000,00, e o maior, de R\$ 27.300,00.

A região Norte lidera o número de emergenciais atendidos: foram 44, que equivalem a 34% dos 131 concedidos no período. Em seguida vem o Sudeste

1

2

3

4

5

(41 casos, 31% do total) e Nordeste (36 casos, 28%). As três regiões concentram 93% do total de apoios, sendo que o Centro-Oeste e o Sul tiveram, cada um, 5 pedidos apoiados (4%).

Os dados desagregados ano a ano mostram uma alteração nesse padrão em 2023, quando o Norte passou a ter maior representatividade, com 15 projetos de um total de 34 concedidos na modalidade. A região Nordeste ficou em segundo, com 9 apoios, e o Sudeste em terceiro lugar (5).

Os dados também mostram uma variação no total de apoios concedidos a cada ano. Em 2021, ano pré-eleitoral, foram 45 pedidos emergenciais apoiados, o maior número em um único ano no período analisado. Em parte, isso se explica pelo contexto político do país, que se encontrava no terceiro ano de um governo com tendências autoritárias e cujo discurso era uma autorização institucional a violações de diversos tipos.

Olhando os números por estado, Pará e São Paulo têm destaque com mais solicitações atendidas. Foram 27 casos no estado amazônico e 19 no sudestino. Rio de Janeiro (17) e Bahia (23) completam os quatro estados que receberam o maior número de apoios. Somados, eles concentram 65,6% do total.



1  
2  
3  
4  
5



A análise traz ainda marcadores sociais como gênero, raça e território para caracterizar o perfil das pessoas ativistas ameaçadas que recorreram ao Fundo Brasil. De acordo com os dados, mulheres pediram 30% dos emergenciais atendidos, e pessoas negras, 23%. Comunidades defensoras ou grupos organizados de defesa de direitos vêm logo atrás, com 21%, seguidas de povos indígenas (20%). Cabe destacar aqui a interseccionalidade, dado que muitos pedidos são, por exemplo, de mulheres negras, entre outras intersecções entre marcadores sociais das desigualdades.

### TERRITÓRIOS ONDE O RISCO SE MANIFESTA

Outro recorte que interessa analisar diz respeito ao tipo de território em que as emergências ocorreram. De acordo com a análise dos pedidos atendidos pelo Fundo Brasil, 61% do total de casos apoiados aconteceu em territórios urbanos e periféricos, marcados por vulnerabilidade social e exposição à violência, seja ela do crime organizado ou de agentes do próprio Estado.

Fora das cidades, a luta pela terra, em todas as suas facetas, aparece como maior motivador da violência sofrida por pessoas defensoras de direitos. Terras indígenas são local de 27% das ameaças, enquanto áreas



1  
2  
3  
4  
5

rurais ou camponesas são 21%, e territórios quilombolas somam 15% do total.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que acompanha anualmente os casos de conflitos no campo, reforçam essa percepção. De acordo com a publicação *Conflitos no Campo Brasil*, que reúne dados compilados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT), entre 2019 e 2023 aconteceram assustadores 10.256 conflitos no campo brasileiro.

Somente em 2023, foram registrados 2.250 casos, afetando 258.768 famílias. Esse foi o recorde no número de registros em um ano desde o início da publicação, em 1985. Destes, 1.624, ou 72,18%, foram classificados pela CPT como conflitos pela posse, uso ou propriedade de terra, atingindo 190.852 famílias. Entre as situações enfrentadas, estiveram 219 ameaças de morte, 72 tentativas de assassinato e 31 homicídios – 2 deles, de pessoas menores de idade.

### **RADIOGRAFIADASVIOLÊNCIAS**

O Fundo Brasil também coletou informações sobre o tipo de ataques sofridos pelas entidades e pessoas que acessaram o Emergencial nesse período. Com abrangência nacional e considerável diversidade de áreas e tipos de atuação dos ameaçados, os dados configuram um tipo de radiografia da violência política no Brasil.

1  
2  
3  
4  
5



A maioria das pessoas e organizações relatam ter sofrido **ameaças, frequentemente de morte**, estando esse tipo de violação presente em **6 registros** 48,8% do total. Em seguida, aparecem intimidação (32%) e ataques físicos (25,9%).

A **violência territorial, que inclui relatos de destruição de construções e equipamentos, depredação do patrimônio, controle de estradas e outros, foi citada em 19,8% dos** e casos de violência institucional e abuso de poder apareceram em 18,3%.

Os pedidos incluem ainda situações de violência extrema, como desaparecimento forçado, prisão arbitrária, sequestro ou tortura e até assassinatos, situações que somam 20% dos casos. São números que deixam clara a necessidade de intervenção rápida para garantir a vida e a integridade das pessoas envolvidas.

Cabe destacar ainda a presença constante de violações estruturais ou específicas por marcadores de identidade, que reforçam a importância de aspectos como gênero, raça, classe, território e atuação coletiva nos padrões de violência enfrentados: despejo forçado (19%), violência de gênero (15,2%), criminalização e assédio judicial (12,9%), discurso de ódio (11,4%) e racismo e discriminação étnico-racial (8,4%).



1  
2  
3  
4  
5

**CONTRA O CRIME E O ESTADO**

E quem ataca? Na maior parte do tempo, representantes do próprio Estado brasileiro.

De acordo com os dados, 32% dos pedidos de apoio apontaram membros de forças de segurança como autores da violência, seguidos de agentes políticos (atores ligados a órgãos do Estado e/ou membros do poder público), apontados em 24,4% dos casos. Ou seja: mais da metade dos ataques contra defensores de direitos humanos foram realizados por pessoas que, de uma forma ou de outra, deveriam atuar para concretizar estes mesmos direitos previstos na Constituição brasileira.

Um segundo bloco de grupos violadores é ligado à questão da terra: fazendeiros e latifundiários (17,5%) e grileiros e invasores (16,7%). Mas não é só o agronegócio que disputa a posse e o uso da terra no Brasil. Madeireiros (legalizados ou não) são citados em 7,6% dos pedidos, mineradoras em 6,8% e empresas privadas de outros setores, como turismo e especulação imobiliária, aparecem em 14,5%.

Uma importante análise também é a de que os agentes públicos, representados tanto pelas forças policiais e similares quanto pelos agentes políticos, a exemplo de vereadores e servidores públicos atuantes no âmbito local, notadamente, parecem estar comumente alinhados

1  
2  
3  
4  
5

dos, a serviço e/ou aparelhados para defender interesses da iniciativa privada legal ou de agentes criminosos. Ou seja, esses agentes públicos não defendem, em última instância, interesses próprios, mas estão alinhados aos interesses de outros agentes violadores, e são colocados na linha de frente como mensageiros de ameaças e intimidações e perpetradores de violações.

## COMO OS RECURSOS FORAM USADOS

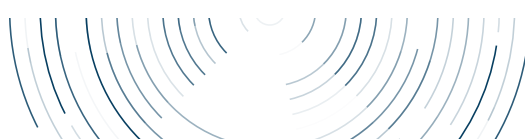
As necessidades de quem está sob ameaça são variadas, dependendo do tipo de ataque e do contexto social e político em que se está. No geral, considerando os 4 anos analisados, essas três medidas são as mais relevantes: o custeio da infraestrutura de segurança chegou a 31% do total dos pedidos, seguidos por apoio com transporte (28,2%) custeio de alimentação e necessidades de sobrevivência em caso de

Isso reforça a importância da construção de medidas de segurança mas, antes de tudo, demonstra a gravidade dos casos de ameaça a defensoras e defensores nos quais medidas sérias precisam ser tomadas para garantir a proteção.

Esses números variaram ao longo dos 4 anos analisa-



1  
2  
3  
4  
5



dos. Desde de 2020, o custeio com infraestrutura de segurança e apoio a transporte seguro manteve-se relativamente estável com alta procura. Entretanto, ao longo dos anos houve um agravamento do contexto de violência e os recursos passaram a responder a esse cenário. O custeio com a retirada emergencial de defensores ameaçados saiu de 4% em 2020 para 35% em 2023. É muito próximo ao percentual de investimento em infraestrutura de segurança, como câmeras e outros equipamentos, que foi de 40% no primeiro ano da análise.

O gasto com transporte chega a 26% em 2023, passando por um pico de 44% em 2020, início da pandemia de covid-19. O mesmo contexto também levou a um aumento nos gastos com alimentação e necessidades de sobrevivência, presentes em 40% dos pedidos daquele ano.

## A PROTEÇÃO COMO ATO POLÍTICO

Embora o Apoio Emergencial seja pontual, seu efeito na vida dos defensores é significativo, gerando resultados que vão além do recurso financeiro.

De cara, o apoio imediato é crucial para permitir que ativistas se desloquem rapidamente de locais de risco,

1

2

3

4

5

evitando agressões ou agravamento das ameaças. Os relatos de beneficiários colhidos pelo Fundo Brasil enfatizam que o apoio emergencial foi determinante para reduzir a exposição à violência e mitigar danos.

Mas os defensores e defensoras de direitos humanos têm prioridades que vão além da garantia da sobrevivência: querem continuar a lutar por melhores condições de vida para suas comunidades. Nesse sentido, o suporte do Fundo Brasil é visto como um elemento de resistência, proporcionando fôlego para que as entidades se reorganizem, facilitando conexões com outras organizações e redes da sociedade civil e amplificando a voz de quem denuncia episódios de violência, pressionando autoridades a agirem e tornando visíveis contextos de perseguição política.

As redes de solidariedade e ação política fortalecem a ação para além da sobrevivência, mostrando aos defensores e defensoras que eles não estão sozinhos, reforçando o sentido coletivo da luta por direitos.

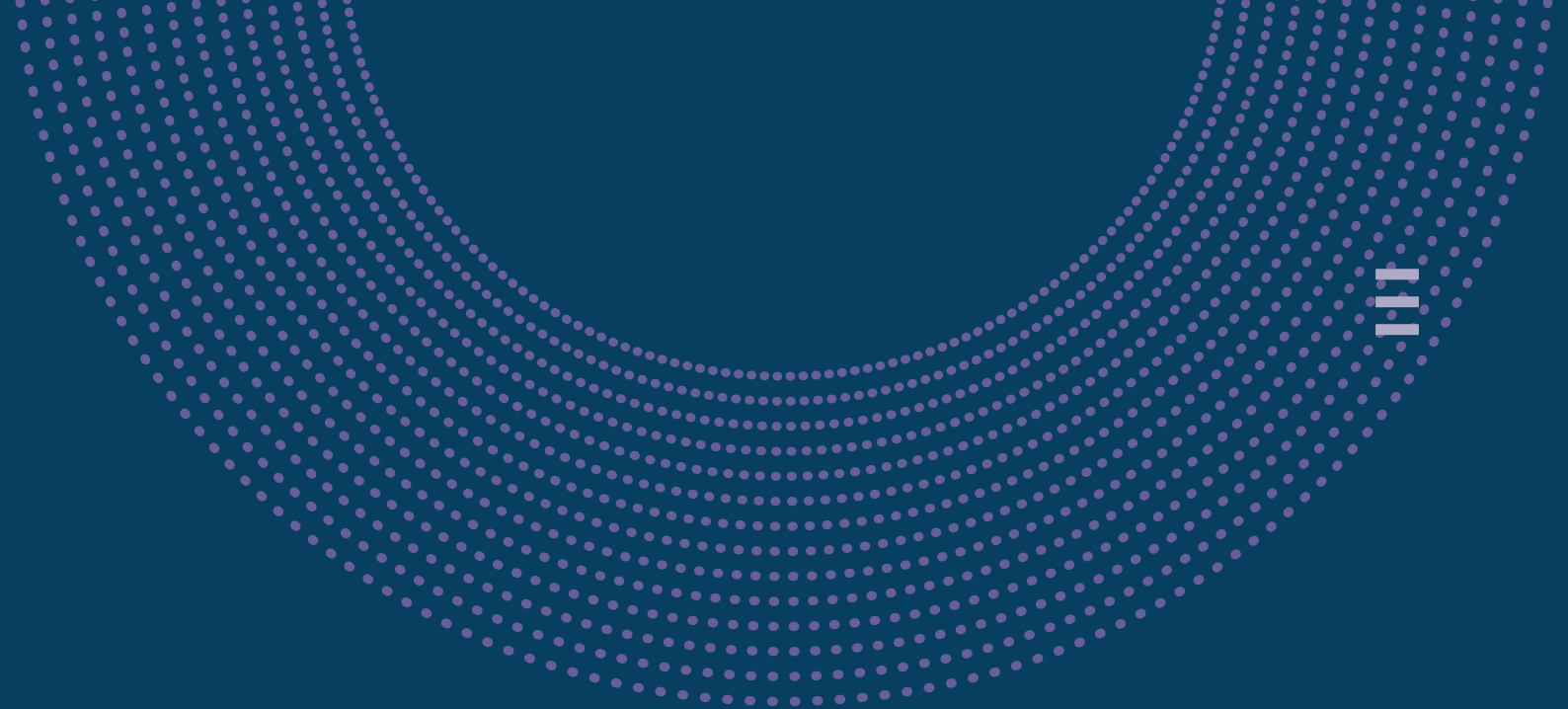
Com isso, permitem que a luta por um Brasil mais justo e democrático possa prosseguir e até se fortalecer, mesmo em face das ameaças mais severas.



1  
2  
3  
4  
5







# COMUNICAÇÃO POPULAR NA MIRA DA VIOLÊNCIA

Liderança comunitária enfrenta pressões políticas e ameaças de morte do tráfico de drogas. Com o apoio do Fundo Brasil, segue na luta pelos direitos de sua gente e do meio ambiente



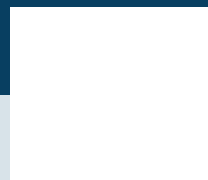
1

2

3

4

5



Depois de um dia normal de trabalho, em uma cidade da região Norte do país, Reginaldo\* chegou em casa e deparou-se com uma cena grotesca. Jogada em seu quintal, estava a cabeça decepada de um animal de médio porte. Ao lado, um bilhete assustador: a próxima seria a dele.

Essa não era primeira ameaça sofrida pelo ativista, que, com outros colegas, decidiu usar a comunicação como uma forma de lutar por direitos e para melhorar a realidade em que vivia. "Eu sempre entendi a comunicação como um instrumento de mudança. E não apenas de informar, mas muito na linha do Paulo Freire, de que toda relação social é uma relação de comunicação. Então decidimos criar o jornal para fortalecer o campo", conta.

O veículo criado por jovens denuncia atores poderosos na região amazônica, de contrabandistas de madeira a garimpeiros ilegais, passando por grandes empresários e agentes públicos coniventes. "Isso foi trazendo consequências pesadas. A gente não tem problema com isso, né? A gente entende que era uma consequência necessária de um trabalho bem feito", diz Reginaldo.

Por sua atuação junto a diversos movimentos populares da região, Reginaldo acabava sendo o alvo preferencial dos agressores. Ele lembra de uma situação



1  
2  
3  
4  
5

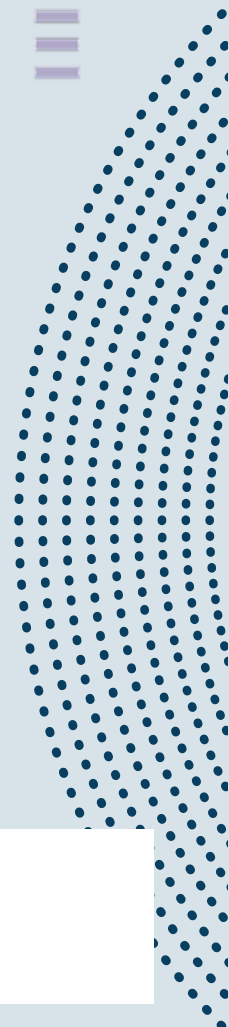
em que um ônibus que tomava regularmente para um município vizinho foi parado em uma barreira policial. Seria apenas um episódio corriqueiro, mas uma peculiaridade chamou a atenção: Reginaldo foi a única pessoa questionada pelos oficiais presentes.

"Na hora em que fui passar na catraca, a cobradora perguntou se tinham me confundido com alguém. Eu disse que não, que um policial havia explicado que era rotina. Ela falou: 'eu trabalho aqui há oito anos e isso nunca aconteceu'. Então dava para perceber que tinha no meio disso uma estrutura inclusive do governo, do Estado mesmo, uma coisa bem macabra mesmo."

Em outro momento, todos os pneus de seu carro foram furados. "Em um deles tinha um bilhete dizendo que era para eu contar quantos furos tinha nos pneus, que seria o tanto de perfuradas que eu ia ter no corpo", recorda.

A situação chegou ao ponto de uma pessoa da equipe ser esfaqueada na frente da sede do veículo. "E claro, isso foi gerando medo, muitos incômodos, ao ponto de surtar mesmo, sabe? De às vezes demorar pra dormir e, quando dormia, qualquer barulho que eu ouvia me acordava, até algum cadeado em alguma casa perto. Eu me sentia em constante vulnerabilidade."

Foi nesse contexto que decidi procurar a ajuda do



1  
2  
3  
4  
5

Fundo Brasil, por meio dos Apoios Emergenciais. “Foi no momento de apuro, de emergência mesmo. Inclusive a agilidade foi extraordinária, levou menos de 24 horas para resolver e foi essencial”, conta Reginaldo. “Eu lembro que eu estava precisando de terapia, muito, muito mesmo, tanto que a primeira coisa que fiz foi marcar um terapeuta, mesmo antes de saber se a grana tava na conta.”

Os recursos também permitiram o conserto de seu carro, garantindo um deslocamento mais seguro pela cidade. Mais tarde, ajudaram também na decisão de Reginaldo de mudar para uma casa menos exposta e a instalar equipamentos de segurança, como cerca elétrica e câmeras, mesmo procedimento adotado na sede da organização.

“Eu não tinha grana nenhuma para fazer nada do que fiz, desde a terapia até consertar o carro, até mudar de casa, colocar a câmera. Então o programa proporcionou a estrutura tanto material quanto emocional”, afirma.

## O DESAFIO DA SAÚDE MENTAL

O apoio psicológico o ajudou a compreender e lidar melhor com sua situação, inclusive na relação. Regi-



1  
2  
3  
4  
5

naldo conseguiu conversar com seus familiares sobre medidas de segurança. "Eu não me sentia bem em abrir o que eu estava enfrentando. Mas a partir da terapia, consegui conversar com toda minha família e dizer 'olha, não é bom que vocês participem comigo, quando a gente estiver num aniversário ou em outro tipo de festa, evite tirar foto comigo', coisas assim."

Reduzir a exposição nas redes sociais faz parte de uma visão mais ampla sobre questões de segurança. "Eu de fato me expunha bastante [nas redes], sempre tinha foto de alguém da família, alguma coisa assim", lembra.

O ponto foi levantado mesmo antes do contato com o Fundo Brasil, quando Reginaldo e seus colegas buscaram formas de aumentar sua segurança com outras entidades que lidam há tempos com o tema da proteção de ativistas. "A gente já estava construindo um protocolo de segurança, tanto para atuação offline quanto online. O apoio do Fundo Brasil certamente consolidou um pouco disso", explica.

Mais tarde, a organização de Reginaldo foi aprovada no Edital Defensoras/es para aprofundar o debate sobre segurança, avaliando os riscos de cada situação e construindo planos adequados.

As discussões ajudaram a equipe a entender a impor-



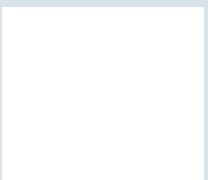


tância de resguardar a própria integridade em diversos níveis. “Entendemos a importância do circuito de segurança em casa mesmo, ter câmeras, cerca. E na nossa sede também. Basicamente, a gente criou um protocolo e passou a segui-lo de uma maneira mais profunda”, explica. E o apoio financeiro foi fundamental para dar concretude a esse protocolo, permitindo ações como a instalação de equipamentos de segurança.

São passos na direção do que o Fundo Brasil entende como segurança integral, conceito que abrange as dimensões física, digital, psicossocial e organizacional, sempre vista como uma prática coletiva, interseccional e cotidiana.



“As mudanças foram importantes para todo mundo. Porque a gente passou a entender a segurança tanto individualmente quanto coletivamente. Que mesmo do ponto de vista individual, a gente é coletivo. A gente não está ali sofrendo aquilo sozinho, a gente está sofrendo por uma atuação que é coletiva, por uma atuação de todos nós. Foi fundamental essa percepção. Ainda que gerasse medo, essa insegurança, a gente conseguiu entender que nenhum passo dado até ali era isolado, mas um passo dado por todos nós”, conta Reginaldo. “O apoio certamente foi fundamental na execução das mudanças e também fazendo compreender que existe um protocolo e ele precisa ser seguido.”



1  
2  
3  
4  
5

Para além do dinheiro, Reginaldo elogia o cuidado da equipe do Fundo Brasil ao tratar a situação, tornando-se um apoio emocional para o ativista. "Foi fundamental para aliviar os pensamentos por vezes em que eu precisava só conversar", conta. "Até prestação de contas é maravilhosa, a gente tem muita flexibilidade. A gente pode realocar o recurso ao longo do percurso se for necessário."

"Ter uma casa mais segura ajudou a me sentir mais tranquilo, foi fundamental", conta. "Através da estrutura que o programa me possibilitou eu consegui ter um pouco mais de sanidade mental para enfrentar e passar por tudo. O Fundo Brasil me ajudou nesse processo todo e a gente conseguiu aumentar a segurança."

\* O NOME FOI TROCADO PARA GARANTIR A SEGURANÇA DA LIDERANÇA, BEM COMO O ANONIMATO DE INFORMAÇÕES QUE PERMITAM IDENTIFICAR SEU TERRITÓRIO E O CONTEXTO DE SUA ATUAÇÃO



# EDITAL: A AÇÃO ESTRUTURANTE

1  
2  
3  
4  
5

Editais oferecem recursos e uma metodologia  
que fomenta processos estruturantes para uma  
cultura de segurança integral



A segurança das pessoas defensoras de direitos humanos não é apenas emergência: é também uma questão estrutural que precisa ser abordada de forma ampla pelas organizações que estão na linha de frente das lutas.

As ameaças a ativistas e aos territórios são sintomas de questões estruturais. Têm a ver com a desigualdade e as violações de direitos, com a ausência de uma política de reforma agrária, com o racismo estrutural, com uma política econômica predatória que não respeita os modos de vida conectados com a natureza. Enquanto existirem essas questões estruturais, haverá pessoas ameaçadas.

Entretanto, é também preciso que as organizações se preparem para mudar olhares e para adquirir uma cultura de segurança integral, porque a política pública tem um papel, mas ela não dá conta de tudo, mesmo que seja aprimorada.

Construir uma cultura de segurança integral demanda treinar o olhar, fazer análise aprofundada de risco e pensar em caminhos para reduzir esses riscos. O objetivo é melhorar as condições para que as pessoas e comunidades possam continuar a lutar por direitos no ambiente mais seguro e saudável possível.

1

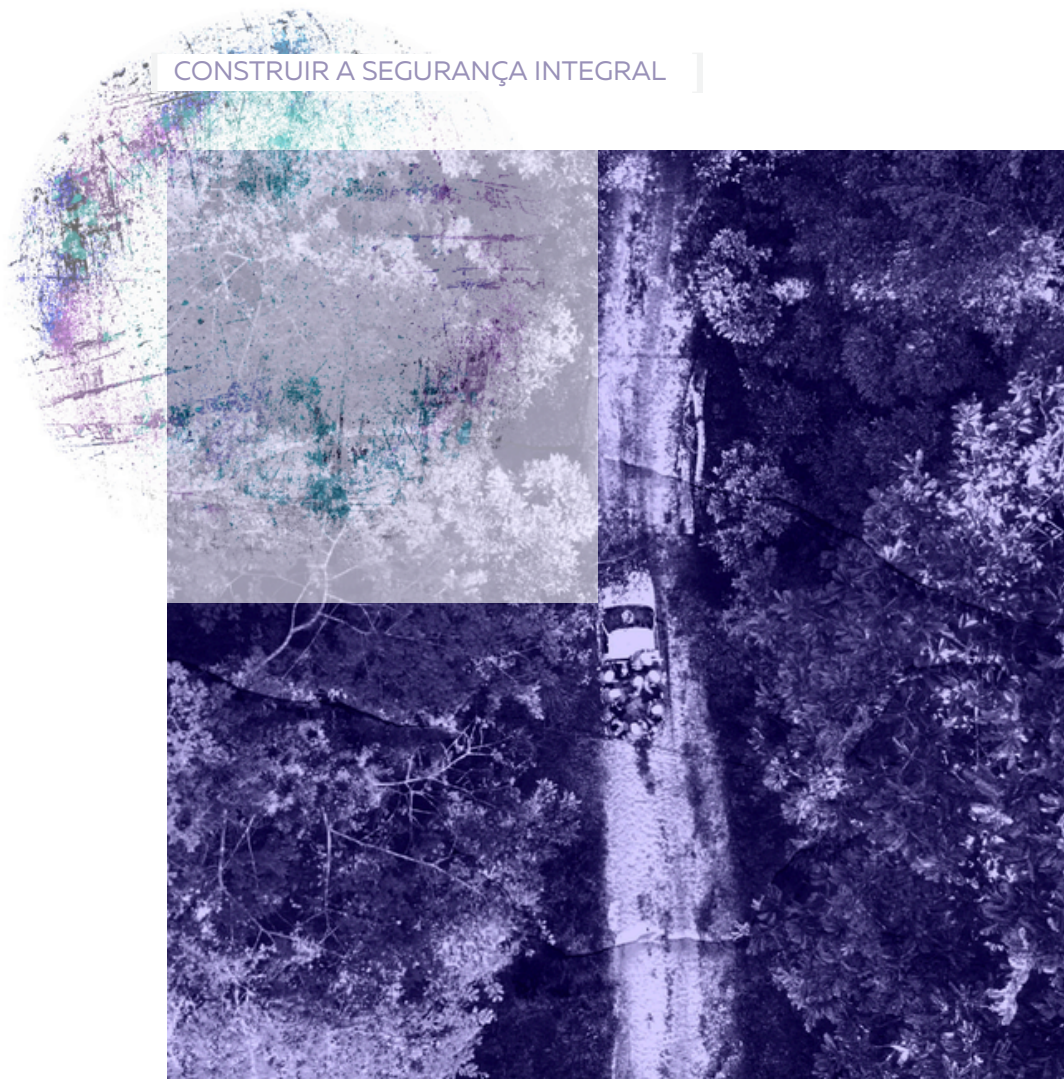
2

3

4

5





Por meio de editais, a linha Defensores/as do Fundo Brasil apoia a construção de medidas estruturantes para a promoção de uma cultura de segurança integral de ativistas e grupos de defesa de direitos humanos e ambientais. Os editais são chamadas públicas, com prazos definidos para submissão de propostas de trabalho e ciclo específico de seleção de projetos para receberem recursos e acompanhamento técnico.

1  
2  
3  
4  
5





AS ORGANIZAÇÕES SÃO SELECIONADAS PARA  
DESENVOLVER PROJETOS DE ATÉ 12 MESES,  
COM VALORES ATUAIS DE APOIO DE  
**R\$ 60 MIL POR PROJETO.**

Durante o apoio, espera-se que as organizações se vol-tem a processos internos e aumentem sua resiliência no médio e no longo prazo. Em outras palavras, que invistam nelas mesmas, em áreas que normalmente são deixadas de lado. O Fundo Brasil é uma das poucas organizações no país que mantém uma linha específica para que esse investimento seja feito na segurança integral.

Importante destacar que a metodologia do Fundo Brasil prevê simplificar os processos – da inscrição de projetos ao apoio em si e às prestações de contas. Isso significa desburocratizar a relação, reconhecer a diversidade de formatos associativos da sociedade civil, apoiar organizações não formalizadas, de ONGs consolidadas a coletivos recentes, passando por redes formais e informais. Com essa estratégia, o Fundo Brasil fortalece múltiplas expressões de resistência e defesa dos direitos humanos.

1  
2  
3  
4  
5

## PROCESSO DE SELEÇÃO PARTICIPATIVO

Os editais do Fundo Brasil aplicam um processo simplificado de inscrição, que consiste no preenchimento de um único formulário onde a organização conta um pouco de seu histórico e de seu trabalho, descreve o contexto em que atua, as ameaças que identifica e as ações que planeja desenvolver para ampliar a segurança, e uma planilha de orçamento. Não são necessários documentos nessa fase.

O processo de seleção é participativo. Lideranças, ativistas e pesquisadores com trajetória reconhecida no âmbito das múltiplas causas dos direitos humanos são convidados para compor um comitê de seleção externo, que analisa as inscrições e faz as indicações para os apoios.

Os critérios para a análise e a seleção valorizam a diversidade regional, racial, de gênero, de território e a interseccionalidade entre esses marcadores da desigualdade. Desta forma, garante-se a capilaridade de recursos para todas as regiões brasileiras. Grupos com pouco acesso a recursos também são prioritários para apoio.

A seleção tem ainda uma etapa de análise pela equipe do Fundo Brasil e a validação final da lista pela direção executiva da fundação.

1  
2  
3  
4  
5

## APOIO BASEADO EM DIÁLOGO

Na linha Defensores/as, os projetos selecionados para apoio são convidados a uma etapa de autodiagnóstico com metodologia específica, buscando compreender a situação em que a organização se encontra no início do projeto em termos de desenvolvimento institucional para proteção e segurança, e aprofundar pontos a serem desenvolvidos nas propostas inscritas no edital.



No edital **Defensoras/es de Direitos Humanos: Desenvolvimento Institucional para Segurança Integral**, de 2023, esse diagnóstico inicial revelou pontos comuns

1

2

3

4

5

importantes: muitas organizações já tinham contato com o tema, mas a institucionalização de práticas ainda era incipiente, e um número expressivo afirmou nunca ter concluído um diagnóstico institucional específico sobre segurança.

Aqui começa uma abordagem que busca aliar escuta ativa, diálogo e formação para que cada organização possa compreender da melhor forma os riscos que corre e como lidar com eles. É uma dimensão pedagógica da atuação do Fundo Brasil com os editais, para além do acesso a recursos.

O foco central é a segurança integral, um conceito inspirado no manual produzido pelo Tactical Technology Collective, e que na visão do Fundo Brasil abrange quatro dimensões interdependentes: segurança física, digital, psicossocial e organizacional. A segurança integral é vista como uma prática coletiva, interseccional e cotidiana, que permite aos defensores e defensoras agirem com dignidade, consciência e autonomia, mediante

Por meio de acompanhamento, diálogo e processos formativos, o processo pensado pelo Fundo Brasil busca incentivar as organizações a incorporar essa cultura de segurança integral de forma progressiva, adaptada aos seus contextos. O processo formativo conta com etapa presencial, uma

oficina para nivelar conhecimentos. Entre os temas abordados, estão: o que é segurança integral, o que é se sentir seguro, como identificar riscos, como desnaturalizar riscos que são tratados como parte do processo e não são discutidos, e mecanismos para lidar com essas situações.

Após a formação, é realizado um segundo diagnóstico, dessa vez mais aprofundado. Nesse momento, a assessoria do Fundo Brasil busca identificar como os conhecimentos adquiridos na formação afetaram a percepção de riscos e as estratégias para enfrentá-los. Ou seja, é um momento de abertura para realinhar os planos propostos no projeto inicial, caso a organização assim deseje.

1  
2  
3  
4  
5



Esta é uma possibilidade que não costuma existir em formatos habituais de apoio financeiro disponíveis para organizações da sociedade civil. O recurso flexível é um diferencial do apoio do Fundo Brasil, assim como os processos simplificados de relatórios e prestação de contas. Neste mesmo sentido, a assessoria do Fundo Brasil busca desconstruir a ideia de que projetos precisam ter muitas atividades para serem aprovados, incentivando as organizações a colocarem o foco na qualidade e no impacto das ações.

Por meio de um diálogo contínuo com cada grupo apoiado, a equipe de assessoria do Fundo Brasil busca garantir o uso mais eficiente dos recursos para que a organização consiga realizar o projeto proposto com o maior impacto possível – mantendo sua autonomia e o foco em seu próprio fortalecimento.

No caso do edital de 2023, ao longo do período de execução das propostas, foram realizadas 18 reuniões de assessoria técnica e 18 reuniões de monitoramento com as organizações apoiadas. Essas reuniões foram essenciais para acompanhar a execução dos projetos, identificar desafios, apoiar reorientações estratégicas e fortalecer os processos institucionais em curso.

Esse processo aberto e dialógico é uma das características da atuação do Fundo Brasil, mas pode encontrar



1  
2  
3  
4  
5



resistências, que são tratadas com cuidado e respeito pela equipe. O acompanhamento é feito na medida da adesão de cada grupo e de sua disponibilidade para refletir e, se for o caso, rever suas práticas e trocar com outras organizações que desenvolvem trabalhos similares.

## POPULAÇÕES E TERRITÓRIOS APOIADOS NOS EDITAIS

Em três editais, o Fundo Brasil já apoiou 71 projetos de fortalecimento da segurança de defensores e suas organizações. O primeiro foi lançado em 2020 e selecionou 22 projetos por meio de uma chamada dirigida para organizações mapeadas que atuavam ou demonstraram potencial para atuar na proteção de defensoras e defensores de direitos humanos e ambientais. As duas outras edições aconteceram em 2022 e 2023, com inscrições abertas para qualquer entidade. Foram apoiados 29 projetos na segunda edição e 20 na mais recente.

Os números compõem duas sistematizações realizadas pelo Fundo Brasil sobre a linha Defensores/as: uma olhando retroativamente para os editais de 2020 e 2022, e outra com foco especificamente na experiência de 2023, cujas atividades se estenderam até 2025.

1  
2  
3  
4  
5



Do ponto de vista da temática de atuação das OSCs, os dados relativos aos apoios de 2020 e 2021 mostram a importância dos conflitos por terra e território como fundamentais nas dinâmicas de violência no Brasil: 20% das entidades declararam ter essa questão como seu foco de atuação, número que foi ampliado pelas entidades de defesa dos direitos indígenas e quilombolas, uma vez que a luta pelo reconhecimento de territórios ancestrais tem um papel fundamental para estas populações.

Em seguida, aparecem entidades que buscam garantir o direito de livre expressão, organização manifestação (12%), direitos das mulheres negras (8%) e enfrentamento. As duas últimas, somadas às entidades que disseram atuar na defesa dos direitos das juventudes negras e à saúde e bem-estar da população negra, ambas com 2%, mostram a importância da questão racial no Brasil.

Os números do edital de 2021 mostram similaridades, com 30% das organizações afirmando a luta pelo direito à terra e ao território como sua atividade principal, seguida pelos direitos de população quilombolas e tradicionais. As organizações indígenas foram 5% do total.

1  
2  
3  
4  
5



Uma mudança é o aumento das entidades que lutam pelo direito à livre orientação sexual e identidade de gênero, que somaram 15% do total – nos editais anteriores, esse percentual era de 4%. A luta pelos direitos das mulheres aparece em seguida, com 10%, seguida por outras agendas como direitos socioambientais, direito à cidade, defesa de religiões de matriz africana, liberdade de expressão e organização e direito ao trabalho digno, todas citadas por 5% das OCSs apoiadas.

Em termos de distribuição regional, os apoios mantiveram um perfil similar nos três editais, com as regiões Norte e Nordeste abrigando a maior parte das organizações apoiadas. Nos ciclos de 2020 e 2022 elas representaram 67% do total de 51 apoios, com 16 organizações do Nordeste e 16 do Norte. Em 2023, o Nordeste aumentou sua presença, com 45% do total de 20 entidades, enquanto o Norte teve 20%.

O Sudeste aparece em terceiro lugar nos primeiros ciclos, com 19,6% das organizações apoiadas, número que cresce para 20% em 2023. As regiões Sul e Centro-oeste aparecem com menor representação. Foram 3 apoios para organizações sulistas em 2020 e 2022 e 2 em 2023, enquanto o Centro-oeste aparece respectivamente com 4 e 1 entidades apoiadas.

1  
2  
3  
4  
5

## PERFIL DOS VIOLADORES

Os dados relativos aos dois primeiros editais também explicitam os conflitos enfrentados pelas organizações em seus territórios.

Políticos e funcionários públicos) são citados por 43% das apoiadas, enquanto 16% referem-se a contextos que envolvem conflitos com forças de segurança (polícias e outras forças estatais). Estes números reforçam o papel do Estado como violador de direitos, seja por ação ou omissão.

Isso não exclui a existência de organizações que atuem em situações de conflito com atores privados. Conflitos com proprietários legais de terra (fazendeiros e latifundiários) são citados por 41% das organizações, enquanto mineradoras e garimpeiros aparecem em

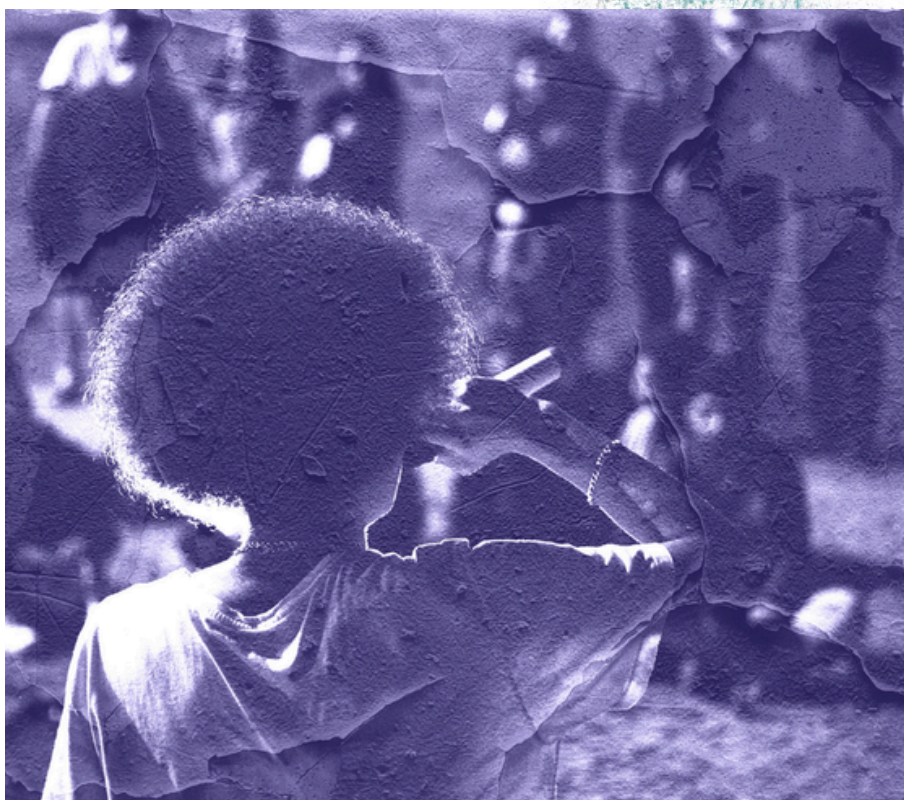
Os números apontam para a sobreposição de possíveis fontes de ameaças e reforçam a percepção de que agentes públicos podem estar agindo em conjunto com entes privados nesses contextos de violência.

Na análise do edital de 2023, um aspecto de destaque foi a presença do crime organizado como vetor de ameaça, especialmente narcotráfico, milícias e outras formas de controle armado dos territórios.

Em todos os 16 projetos analisados para a sistematização, houve

1  
2  
3  
4  
5





menção à ameaças e, foi possível identificar os grupos que seriam os prováveis autores. Dentre essas menções, 43,75% delas apontaram o narcotráfico como problema central desses territórios e autores de ameaças. Isso impõe desafios inéditos, uma vez que o paradigma dominante de segurança e proteção tem sido historicamente concebido para responder a ameaças do Estado ou de atores políticos e econômicos legalizados, e não do controle armado informal. Essa situação aumenta ainda mais exposição de defensores e defensoras a risco criando uma lacuna crítica

1

2

3

4

5



O mesmo percentual de entidades citou grandes proprietários de terra como prováveis autores das ameaças, o que segue a linha dos editais anteriores. Menções à milícia (25%) e Polícia Militar (12,5%) também chamam atenção, principalmente se somados ao percentual de narcotráfico, podendo indicar um crescimento preocupante do crime organizado nesse contexto de ameaças a defensoras/es.

A metodologia adotada também buscou identificar, diante dos relatos, o grau de risco em que cada organização apoiada desenvolvia sua atuação: 50% das entidades narraram elementos que levam à conclusão de que atuam em contextos de risco extremo, e 20% em contextos de risco alto, conforme classificação adotada em uma Escala de Risco Identificável construída para esse fim.

## CAMINHOS DE AVANÇO

Diante desse cenário, cada entidade apontou formas de melhorar sua condição de segurança. Nos editais de 2020 e 2022, as atividades de formação e articulação se destacaram, estando presentes em 84% e 68% das ações apoiadas. Essa alta ênfase reflete a compreensão de que a formação é uma estratégia estruturante

1  
2  
3  
4  
5

para o fortalecimento das e dos defensores e a adoção de práticas de segurança integral, bem como demonstra a importância de alianças para fortalecer redes de apoio para enfrentar ameaças sistêmicas.

Em relação às dimensões da segurança integral, ainda nos dois primeiros editais, de acordo com o conceito defendido pelo Fundo Brasil, os projetos que buscavam aumentar a segurança física de defensores e defensoras correspondiam a 59% das propostas, seguida pela dimensão psicossocial (48%), digital (30%) e organizacional (18%).



1  
2  
3  
4  
5

Cabe destacar o crescimento da dimensão psicossocial, que saltou de 16% em 2020 para 72% em 2022, indicando uma ampliação da preocupação com o cuidado e com o bem-estar emocional de defensores e defensoras.

A preocupação com a segurança física também teve aumento importante, indo de 42% em 2020 para 72% em 2022, refletindo o agravamento dos contextos de ameaça e a necessidade de respostas concretas.

A avaliação do edital de 2023 trouxe mudanças metodológicas, pensadas para refletir a trajetória dos grupos no percurso de reflexão promovido ao longo do período de apoio. Dessa forma, os dados mostram que, no momento da aprovação inicial das propostas, antes do encontro de nivelamento, cerca de 35% dos projetos buscavam aumentar medidas de segurança, em suas diferentes dimensões e com diferentes estratégias; 25% das ações foram de formação, seguido de articulação e mobilização (20%), advocacy (10%) e projetos de desenvolvimento.

Após a oficina formativa, as organizações definiram ou realocaram os recursos para fortalecer capacidades específicas, com ênfase na segurança física e psicológica. A dimensão mais mencionada para fortalecer

1  
2  
3  
4  
5



mento foi a segurança física, apontada por 62,5% das 16 organizações da amostra, com formações em segurança física, construção de protocolos, trocas de experiências com outras organizações, assim como aquisição de equipamentos essenciais para mitigar riscos coletivos.

Em segundo lugar aparecem ações de segurança digital, priorizadas por 31,25% das organizações, que procuraram aumentar a proteção das informações, comunicações e dados pessoais contra vigilância, ataques cibernéticos, monitoramento e acessos não autorizados. Nesse sentido, foram adotadas práticas como criptografia, senhas seguras e gestão cuidadosa da presença online para minimizar riscos no ambiente digital, além de oficinas e formações sobre o tema.

A segurança psicossocial vem em seguida, citada em 25% dos projetos. Isso reflete uma preocupação com o cuidado das pessoas, dado o alto grau de desgaste físico e emocional. Encontros terapêuticos, apoio para atendimento psicoterapêutico, construção de acordos coletivos institucionais para evitar o desgaste e a redação de manuais de proteção psicossocial entram nesse contexto.

As prioridades de fortalecimento definidas pelas organizações foram:

1  
2  
3  
4  
5



| CAPACIDADE/DIMENSÃO DE SEGURANÇA INTEGRAL           | ORGANIZAÇÕES (16 ANALISADAS) | FREQUÊNCIA (%) |
|-----------------------------------------------------|------------------------------|----------------|
| SEGURANÇA FÍSICA                                    | 10                           | 62,5%          |
| SEGURANÇA DIGITAL                                   | 5                            | 31,25%         |
| SEGURANÇA PSICOSSOCIAL                              | 4                            | 25%            |
| SEGURANÇA ORGANIZACIONAL / ELABORAÇÃO DE PROTOCOLOS | 3 / 3                        | 18,75%         |

A utilização desses recursos resultou em um avanço na incorporação da cultura de segurança integral pelas organizações, de acordo com a sistematização do edital de 2023. Essa análise foi feita a partir de uma Escala de Incorporação da Cultura de Se

, construída pela equipe da linha Defensores/as e composta por seis estágios:

- 0 – Ausência de percepção**
- 1 – Sensibilização inicial**
- 2 – Planejamento embrionário**
- 3 – Implementação estruturada**
- 4 – Cultura integrada**
- 5 – Influência e multiplicação**

No início do ciclo, a maioria das organizações foi classificada nos estágios iniciais da escala. Após a implantação dos projetos, metade das 16 entidades

1  
2  
3  
4  
5

analisadas avançou dois estágios completos; outras 4 (25%) subiram um degrau e 3 atingiram o nível de Cultura Integrada, que indica a consolidação de políticas e rotinas institucionais de proteção como parte da estratégia organizacional.

Esses dados reafirmam o modelo adotado pelo Fundo Brasil de investir na construção coletiva de capacidades em segurança integral, caminho que deve ser aprofundado, refinado e ampliado. A consolidação de uma cultura de segurança, entendida como prática cotidiana, transversal e politizada, mostrou-se possível e necessária. ■



1  
2  
3  
4  
5



# EM REDE, ENFRENTAR A CRIMINALIZAÇÃO DO DIREITO DE LUTAR

Denúncia de tortura feita por um grupo de mulheres negras virou ferramenta para criminalizar a luta social. Com Apoio Emergencial do Fundo Brasil, coletivo conquistou legitimidade e parceiras de atuação



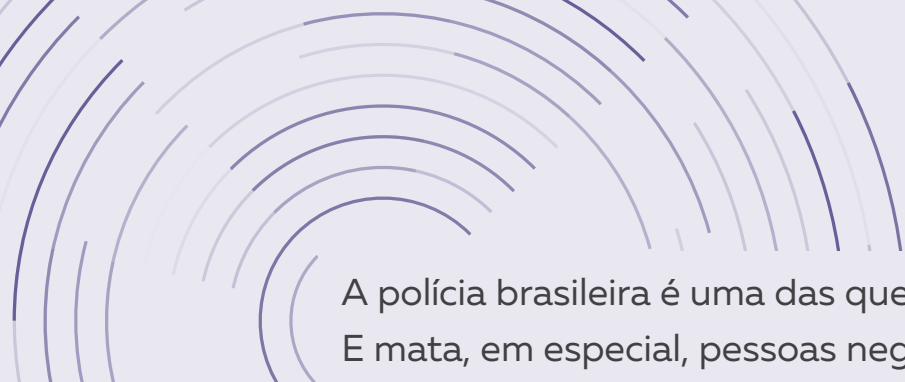
1

2

3

4

5



A polícia brasileira é uma das que mais mata no mundo. E mata, em especial, pessoas negras.

Os dados afirmam. As polícias brasileiras matam mais de 6 mil pessoas a cada ano, de acordo com sucessivas edições do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Quase o triplo das 2.267 vítimas da polícia registradas em outros 15 países do G20, que reúne as maiores economias do mundo, segundo levantamento do Uol.

Se considerarmos o tamanho de cada população, a situação fica ainda pior. Naquele ano, o Brasil teve 30,08 mortes pela polícia a cada 1 milhão de habitantes. Muito à frente dos Estados Unidos, segundo colocado nesse ranking fúnebre, que teve 3,46 vítimas da polícia a cada milhão. Na vizinha Argentina, esse número foi de 2,23. No Japão, 0,01 – a polícia do país asiático matou apenas uma pessoa naquele ano.

Essa violência do Estado brasileiro tem alvos bem definidos. Outra pesquisa de 2023, essa da Rede de Observatórios da Segurança, com dados de 9 estados, mostra que 87,7% das mortes causadas pela polícia tiveram pessoas negras como vítimas.

Num cenário como esse, não é surpresa que uma entidade do movimento negro lide constantemente com denúncias de violência praticada por agentes do

1  
2  
3  
4  
5

Estado. É o caso de Vanessa\*, parte de um coletivo de mulheres negras no Centro-Oeste.

São mulheres periféricas e oriundas das políticas afirmativas que ampliaram a presença negra nas universidades brasileiras.

"Entendemos que, como egressas de um processo que é resultado de uma luta coletiva, o que nós adquirimos deve potencializar as lutas coletivas", explica Vanessa. Assim, elas utilizam sua formação e conhecimentos para ações de advocacy e formação. Entre os laços construídos nessa atuação está a proximidade com movimentos de mães e familiares de pessoas encarceradas, em especial, adolescentes em conflito com a lei.

Foi por meio destes grupos que, há três anos, chegou até a entidade uma denúncia de tortura cometida pela polícia. Familiares de uma pessoa presa afirmavam que ela havia sido coagida com violência a confessar um crime que não cometeu.

O coletivo fez o seu papel: articulou com outras organizações de defesa dos direitos humanos uma denúncia formal sobre o caso, enviada ao Ministério Público. Esperava-se que uma investigação fosse aberta para apurar as denúncias, cumprindo o dever constitucional do MP de realizar o controle externo da atividade



1  
2  
3  
4  
5



policial. No entanto, aconteceu o inverso: o promotor responsável fez uma denúncia ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), alegando que as entidades teriam cometido o crime de falsa denúncia. Ou seja, estariam mentindo sobre a polícia.

"Em lugar de investigar a nossa denúncia, além de nos denunciar para o CNJ, ele começou a nos acionar extra-judicialmente. Todas as lideranças, essas mulheres de territórios periféricos, mulheres fragilizadas já por toda uma violência. Isso começou a espalhar um terror no meio dessas lideranças, receber essa intimação extra-judicial de um promotor público", conta Vanessa.

"E muitas dessas famílias já são 'rondadas', porque eram justamente os policiais que são perigosos, próximos de milicianos, executores."

Com esse clima de terror se espalhando pelos movimentos populares, o coletivo de Vanessa decidiu se mobilizar para dar todo tipo de apoio às lideranças que se viram expostas.

"Nós queríamos, ao mesmo tempo, oferecer para essas mulheres um ambiente de convivência. Informações sobre como melhor se proteger de modo digital, no modo de chegar em casa, de sair para o trabalho. De ter as medidas cautelares, informar familiares, de estarmos



1  
2  
3  
4  
5

em rede. E delas receberem também alguma orientação jurídica”, conta a ativista.



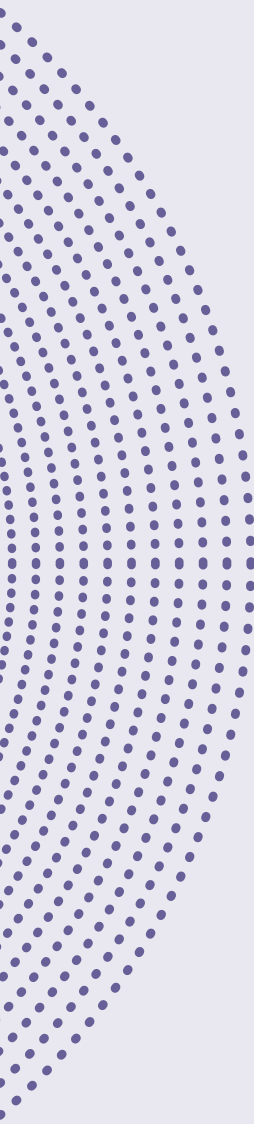
Nesse contexto, procuraram o Fundo Brasil para um Apoio Emergencial. O coletivo de Vanessa já era apoiado em editais regulares para ações de fortalecimento da democracia, e já havia tomado contato com a possibilidade de apoios pontuais em encontros da rede de entidades apoiadas pelo Fundo Brasil.

Os recursos foram utilizados para a realização de um encontro presencial com todas as lideranças, em que pudessem articular respostas políticas e jurídicas às ameaças e à criminalização, além de acolher as pessoas e mostrar que elas não estavam sozinhas na luta. Reuniram por volta de 50 mulheres, dos mais de 20 coletivos que assinaram a denúncia original e, por isso, receberam notificações do promotor.



O primeiro objetivo foi criar um “ambiente de segurança e diálogo”, nas palavras de Vanessa. Entidades nacionais do campo do direito, como a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap), foram acessadas para dar orientação jurídica. “Procuramos promover um espaço acolhedor, trazer orientações para defensoras populares de direitos humanos em situação de insegurança e promover espaço para dis-

1  
2  
3  
4  
5



cutir cultura de segurança integral. Desde a segurança física mesmo, acesso à casa, deslocamentos, manter rede de informação, até segurança digital”, lembra.

O evento ajudou a organizar uma contra-ofensiva dos coletivos, buscando caminhos institucionais para lutar contra a falsa acusação, ações junto ao Meca- nismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e no próprio CNJ. “A gente começa um trabalho de advocacy no CNJ, evidenciando o assédio jurídico e como foi praticado lawfare [uso de manobras jurídi- cas como arma] contra nós, além de outras articu- lações”, conta Vanessa.

“A gente se volta para uma estratégia nacional, mostrando a partir do que estava acontecendo no nosso estado, outros lugares em que a gente acha que o sistema de justiça deveria agir. O que seria um impacto local consegue criar uma rede nacional”, afirma Vanessa. Todo esse trabalho resultou em um relatório reco- nhecendo a existência de tortura no sistema prisional do estado e trazendo recomendações para eliminar a prática ilegal.

Além disso, a denúncia original, que motivou toda a perseguição aos movimentos, passou a ser investigada – como deveria ser desde o início. O processo por falsa denúncia não foi arquivado, mas Vanessa entende



1  
2  
3  
4  
5

que a mobilização toda foi uma vitória. "O que houve foi a sequência do processo com uma mudança de foco para apurar as denúncias que fizemos. Aí, o nosso res- paldo vem desse relatório, né? Tanto não foi denuncia- ção falsa que as denúncias estão sendo devidamente averiguadas", conclui.

A ativista considera que o apoio do Fundo Brasil foi fundamental nesse momento. "O emergencial é um recurso que, a princípio, parece pequeno quando com- parado com o recurso de edital, mas que, no nosso caso específico, ele potencializou uma rede de defen- sores em diversas áreas, desde advogados, ativistas que enfrentam diretamente a violência de Estado, até esse nosso perfil que é de advocacy em relação a isso", avalia.

Com isso, foi possível orientar as pessoas, mas sobre- tudo "lançar uma estratégia de como sair de uma situ- ação de criminalização para uma perspectiva ofensiva em relação à ação do Estado".

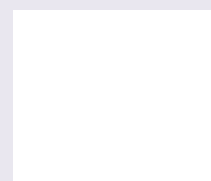
Ao final do processo, Vanessa avalia que seu coletivo saiu fortalecido pelo reconhecimento junto a diversos atores na pauta de segurança pública. Inclusive, cons- tituíram uma rede de defensoras populares de direitos humanos, para apoiar de perto o trabalho das lideran- ças das comunidades sobre o tema.



1  
2  
3  
4  
5

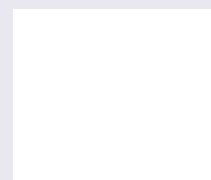


"Foi uma alavanca que foi acionada a partir daqui, que voltou a colocar em movimento várias denúncias que vinham de outras partes e não tinham sido juntadas e recolhidas pelo Conselho Nacional de Justiça", completa a ativista.



- 1
- 2
- 3 ]
- 4
- 5

\* O NOME FOI TROCADO PARA GARANTIR A SEGURANÇA DA LIDERANÇA, BEM COMO O ANONIMATO DE INFORMAÇÕES QUE PERMITAM IDENTIFICAR SEU TERRITÓRIO E O CONTEXTO DE SUA ATUAÇÃO





# DESAFIOS ESTRUTURAIS E O PAPEL DA FILANTROPIA

**As causas das violações contra defensoras e defensores de direitos humanos estão enraizadas em desigualdades estruturais, o que torna indispensável a ação do Estado, em diálogo com iniciativas complementares da filantropia**



1

2

3

5



Os dados e histórias reunidos nesta publicação reforçam uma percepção compartilhada por muitos: o Brasil é um país violento para quem luta por direitos. Essa realidade é fruto de fatores sociais e históricos complexos, que só podem ser enfrentados com a mobilização de toda a sociedade e com a cobrança por uma ação estruturada por parte do Estado.

Nesse processo, a filantropia tem contribuições específicas a acrescentar a esse esforço. Destacam-se algumas características conceituais e metodológicas que tornam a atuação do Fundo Brasil um exemplo de ação estratégica nesse campo:

- Proximidade com defensoras e defensores de direitos humanos e organizações sob ameaça;
- Conhecimento do ecossistema de defesa de direitos no país e do contexto de territórios vulneráveis;
- Respeito e valorização da autonomia dos atores nos territórios, de seus saberes, das soluções que elaboram e do protagonismo local;
- Rede de relações e de confiança;
- Agilidade e flexibilidade para viabilizar recursos que podem salvar vidas;
- Espaço para inovação e para o fomento de uma cultura de proteção.

1  
2  
3  
4  
5



É a partir dessas características próprias da filantropia que o Fundo Brasil de Direitos Humanos constrói a linha Defensores/as de Direitos Humanos, como uma estratégia para ampliar a resiliência e a proteção de organizações, movimentos e ativistas em contextos de risco.

Além dos editais e dos apoios emergenciais – cujas metodologias e resultados foram apresentados nos capítulos anteriores –, a fundação atua na construção de articulações com outros atores da filantropia nacional e internacional que também se dedicam à agenda de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos. Em paralelo, estabelece parcerias com organizações que atuam na linha de frente, desenvolvendo análises de risco, processos formativos e iniciativas de levantamento e sistematização de dados, bem como com articulações da sociedade civil voltadas à construção e ao monitoramento de políticas públicas, como o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH).

1  
2  
3  
4  
5



Importa aqui lembrar que a própria construção da linha de apoio a Defensores/as do Fundo Brasil, em 2019, parte de uma elaboração coletiva e de um mapeamento nacional de entidades e estratégias voltado ao tema da proteção de defensoras e defensores de direitos humanos. Tanto o CBDDH quanto algumas entidades da filantropia internacional já estavam envolvidas nesse momento.

A fim de ampliar espaços para esse debate, desde 2022 o Fundo Brasil organizou, com parceiros, eventos no Brasil e no exterior. Uma dessas ocasiões foi um painel no congresso da Rede de Filantropia para a Justiça

1

2

3

4

5





**Social** (atualmente Rede Comuá), com o objetivo de mobilizar a rede de fundos independentes brasileiros em torno da agenda de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos. Outra iniciativa foi a Roda de Conversa sobre Acesso à Justiça: Estratégias de Apoio à Agenda do Acesso à Justiça como Ferramenta de Defesa dos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, realizada na Cidade do Panamá durante o 2º Fórum Anual sobre Defensoras e Defensores de Direitos Humanos em Assuntos Ambientais da América Latina e Caribe, evento coorganizado com o Fundo Casa Socioambiental, a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indígena de Roraima.

Em 2023, o Fundo Brasil liderou, em parceria com o Fundo Casa Socioambiental, a realização do primeiro encontro de fundos e organizações voltado à construção de uma agenda conjunta sobre a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos. O encontro reuniu fundos independentes como o Fundo Elas+ e o Procomum; organizações internacionais como Frontline Defenders, Amazon Watch, Global Witness e Protection International; entidades brasileiras como a Justiça Global; além do CBDDH e do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

1  
2  
3  
4  
5





Em 2025, foi realizado um segundo encontro de fundos e organizações, com o objetivo de retomar os fluxos de diálogo e construir ações conjuntas, com foco especial na preparação para o aumento da violência em períodos eleitorais, que têm se mostrado especialmente arriscados no Brasil.

Durante todo esse período, o Fundo Brasil atuou de forma estratégica no âmbito da Rede Comuá, em diálogo e parceria com o Fundo Casa Socioambiental, com o objetivo de ampliar a participação e a articulação de fundos parceiros na agenda de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos. Desde a primeira ação, em 2022, a Rede Comuá tem sido uma parceira fundamental na viabilização de iniciativas relacionadas a esse tema, incluindo as recentes atividades na Casa Sul Global, em Belém, no contexto da COP30. O Painel “Justiça Climática e Defensoras/ es: Financiamento para Proteção da Vida e dos Territórios” reuniu organizações do Brasil e de outros países da América Latina para debater um dos desafios mais graves da agenda climática: o financiamento para ações de proteção a defensoras e defensores que atuam na linha de frente da defesa dos territórios, da floresta e dos direitos humanos.

1  
2  
3  
4  
5

## UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO A DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Para o desenvolvimento de ações no campo da filantropia por justiça social, é fundamental o diálogo permanente com os contextos políticos, os conflitos territoriais e a trajetória das políticas públicas. Na agenda de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos, as estratégias do Fundo Brasil não se constroem de forma isolada, mas se inserem nas dinâmicas de conflito e nas lutas históricas da sociedade civil pela implementação de uma política pública capaz de responder às violações e enfrentar suas causas estruturais.

Nesse contexto, insere-se a principal ferramenta do Estado brasileiro para lidar com ameaças e violências contra defensoras e defensores de direitos humanos: o Programa de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), que completou 20 anos em 2024. Sua criação foi impulsionada por debates internacionais sobre proteção na América Latina e, no Brasil, por forte articulação da sociedade civil, especialmente do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH). O programa busca prevenir



1  
2  
3  
4  
5



e mitigar riscos, garantindo condições para a continuidade da atuação de defensoras e defensores por meio de medidas como acompanhamento de casos, articulação com órgãos de segurança, apoio a deslocamentos emergenciais e proteção pessoal.

Ao longo de sua trajetória, o PPDDH foi marcado por tensões entre a sociedade civil e o Estado, intensificadas especialmente entre 2019 e 2022, com a redução da participação social em seus espaços de governança. Momento em que o Fundo Brasil, em diálogo com a Sociedade Civil, reformula sua estratégia na temática, como tratado em capítulos anteriores. As principais críticas recaem sobre sua fragilidade, sustentada por

1  
2  
3  
4  
5

portarias de baixa institucionalidade, o modelo de execução moroso e burocrático e a insuficiência de recursos, equipes e mecanismos de transparência. Soma-se a isso a crítica a uma metodologia centrada na proteção individual, que pouco avança sobre as dimensões coletiva e territorial da violência.

Diante desse cenário, a sociedade civil voltou a se mobilizar por mudanças mais profundas na política de proteção. Nesse contexto, o Fundo Brasil apoiou um encontro da articulação da sociedade civil no âmbito do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) Sales Pimenta, instituído em 2023 como resultado da convergência de uma decisão judicial nacional e de uma sentença internacional em direitos humanos\*, com o objetivo de discutir a formulação de um Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. O encontro, realizado em 2024, buscou alinhar posições, fortalecer a incidência política e contribuir para a construção de uma política mais robusta, capaz de ir além das respostas emergenciais.

Fruto do trabalho do GTT entre 2023 e 2024, o Plano Nacional de Proteção foi instituído pelo Decreto nº 12.710, de 5 de novembro de 2025, como uma tentativa de reorganizar e fortalecer essa política pública. O Plano representa um avanço ao propor diretrizes mais amplas, maior articulação interinstitucional e o fortale-

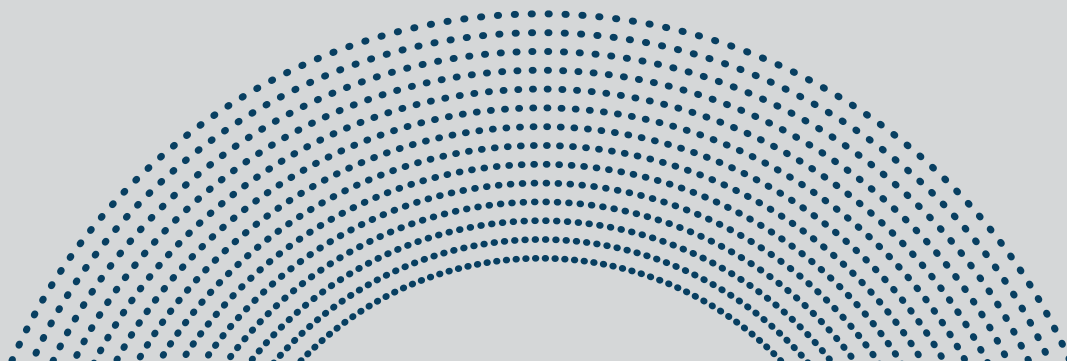
1  
2  
3  
4  
5

cimento das capacidades estatais de prevenção, proteção e responsabilização, incluindo o próprio PPDDH.

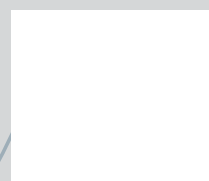
Ainda assim, os desafios persistem. As limitações estruturais do Estado reforçam a importância da articulação permanente da sociedade civil para pressionar, monitorar e construir soluções complementares. É nesse contexto que se desenvolvem as ações do Fundo Brasil de Direitos Humanos na agenda de proteção a defensoras e defensores, em diálogo permanente com os sujeitos políticos da sociedade civil, buscando construir respostas coletivas que fortaleçam a proteção de defensoras e defensores ameaçados.

\*No plano interno, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) determinou que a União elaborasse um Plano Nacional de Proteção como medida reparatória diante de omissões estatais em casos de violência contra ativistas; no plano internacional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em sentença de 2022 sobre o assassinato do advogado Gabriel Sales Pimenta, condenou o Brasil e estabeleceu, entre as medidas de reparação, a criação de um grupo técnico voltado a enfrentar a impunidade e propor ações estruturais de proteção.





## DADOS E ACHADOS DA AVALIAÇÃO



5 ]



## PANORAMA GERAL

Um programa abrangente, com respostas rápidas e ações estruturantes para proteger quem defende direitos em territórios vulneráveis.

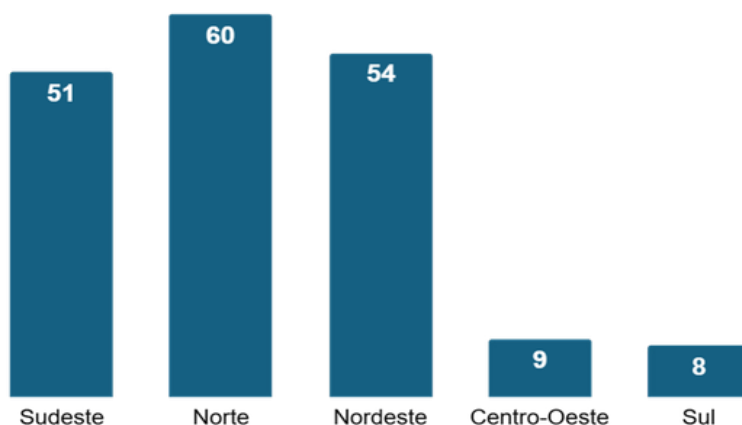
**182** APOIOS



Total concedidos  
(131 emergenciais  
+ 51 via editais) \*

**R\$ 4,33**  
**MILHÕES**  
Total Destinado

### Regiões mais contempladas



### Onde atuam os/as defensores/as

| %   | TERRITÓRIO GERAL*           |
|-----|-----------------------------|
| 42% | Urbano / Periférico         |
| 19% | Indígena                    |
| 17% | Rural / Camponês            |
| 13% | Quilombola                  |
| 9%  | Pesqueiro / Pesca Artesanal |

\* UNIVERSO ANALISADO: 123 CASOS EMERGENCIAIS + 44 PROJETOS VIA EDITAIS.

## TIPO DE APOIO EMERGENCIAIS

**131 apoios** (2020–2023) → **45** em 2021  
(pico), **25** em 2020 (queda na pandemia)

A oscilação reflete o contexto político e da pandemia, evidencia a importância de respostas rápidas e flexíveis.

### Territórios

**27%** dos apoios em áreas indígenas

**61%** urbanas/ periféricas

**21%** rurais e camponesas

**15%** quilombolas



As cidades (comunidades urbanas/ periféricas) concentram o maior volume de apoios do Fundo Brasil no período analisado, mas áreas indígenas concentram quase **1/3** (um terço) do total de apoios.

#### VOZES DEFENSORAS/ES



*“Se não fosse o apoio imediato, eu não teria conseguido sair da cidade naquela noite. A ameaça era real e iminente.” —Entrevista, Coletivo de Mulheres Indígenas.*

1  
2  
3  
4  
5 ]

## Perfis mais ameaçados



30% Mulheres

**21%**

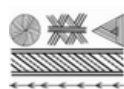
Comunidades  
defensoras



23% Pessoas  
negras

**20%**

Povos  
Indígenas



Os dados evidenciam a sobreposição de riscos estruturais: gênero, raça e atuação política coletiva.

## Origem das ameaças / Agentes violadores



**32%**

Forças de  
Segurança



**18%**

Fazendeiros/  
latifundiários



**24%**

Agentes  
Políticos

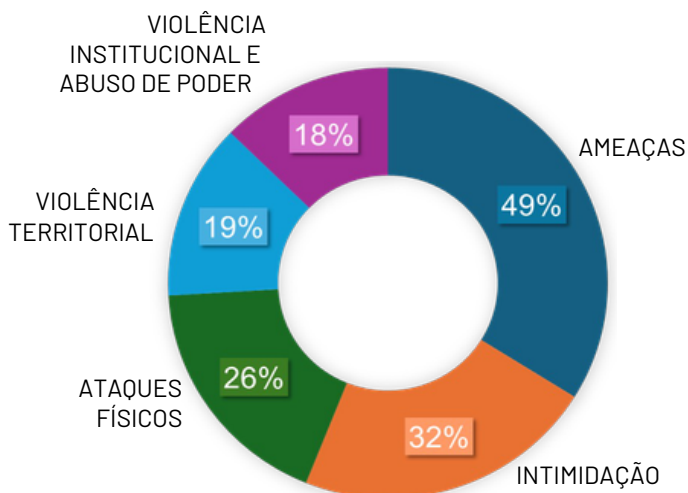


**17%**

Grilagem  
e Invasão

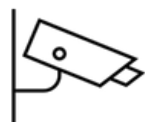
A presença do Estado entre os agentes de ameaça levanta hipóteses sobre alinhamentos entre poder público e interesses privados.

## Violações / emergências mais reportadas



As violações revelam estratégias de silenciamento que combinam medo, agressões físicas e violências institucionais

## Natureza dos pedidos de apoio



**32%** Segurança



**26%** Transporte



**24%** Custeio retirada emergencial e

**24%** Custeio sobrevivência

A natureza dos pedidos de apoio emergencial refletem a urgência por proteção e mobilidade para manter a atuação política de forma segura e articulada.

1  
2  
3  
4  
5

## TIPO DE APOIO EDITAIS(2020-2022)

Diferente do apoio emergencial, os editais possibilitam investimentos planejados e estruturantes, fortalecendo organizações com potencial de incidência, proteção coletiva e resistência em seus territórios.

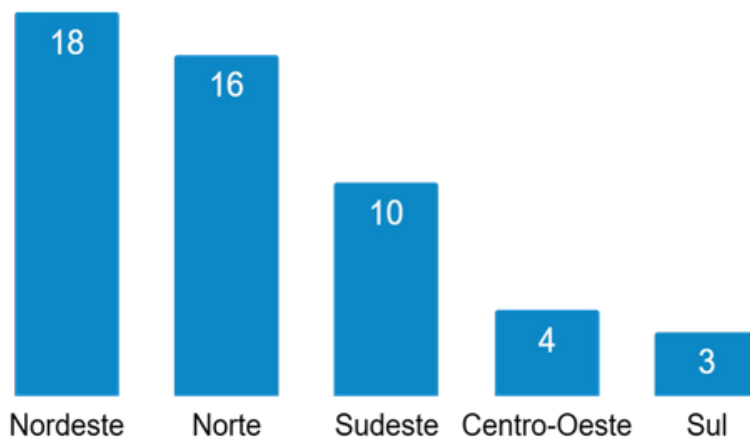
Os editais impulsionaram projetos em regiões historicamente vulneráveis, com foco em proteção, incidência política e fortalecimento institucional.



**51**

**projetos apoiados,**  
sendo **22**(2020) e **29**(2022)

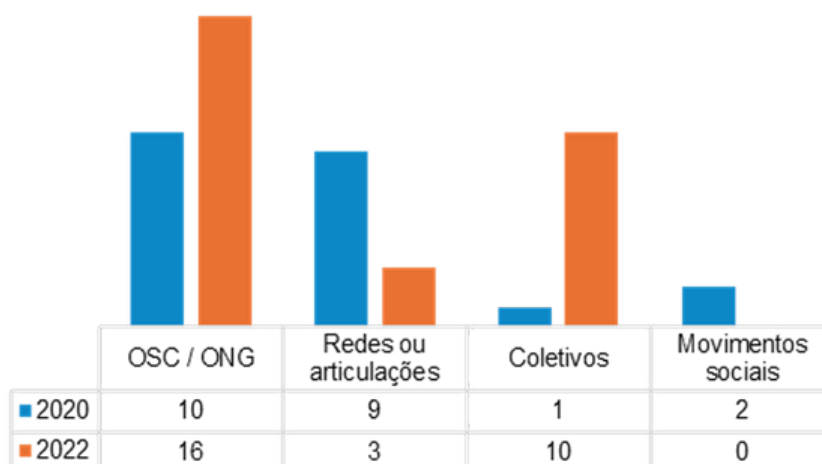
### Regiões contempladas nos Editais



Os Editais ampliaram a ação de organizações em territórios historicamente vulneráveis, com destaque para Nordeste e Norte.



## Perfil das organizações



Apesar do predomínio de ONGs, em 2022 cresce a participação de coletivos e redes, fortalecendo formas plurais de atuação em defesa de direitos.

### VOZES DEFENSORAS/ES



*“Além de nos tirar da área de risco, o apoio ajudou a denunciar o que estava acontecendo. Isso pressionou as autoridades a agir.” — Entrevista, Movimento de Defesa da Terra*

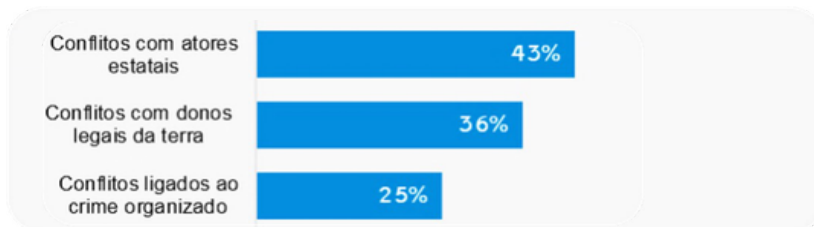
## Território de incidência das organizações

### MAIORIA DOS APOIOS EM TERRITÓRIOS



**Urbano/periférico** concentrado **48%**;  
seguidos de **rural/camponês** **32%**;  
**quilombola** **27%**;  
**indígena** **25%**.

## Contexto de atuação das organizações



Os dados revelam sobreposição de conflitos com Estado, crime organizado e setores econômicos.

### VOZES DEFENSORAS/ES



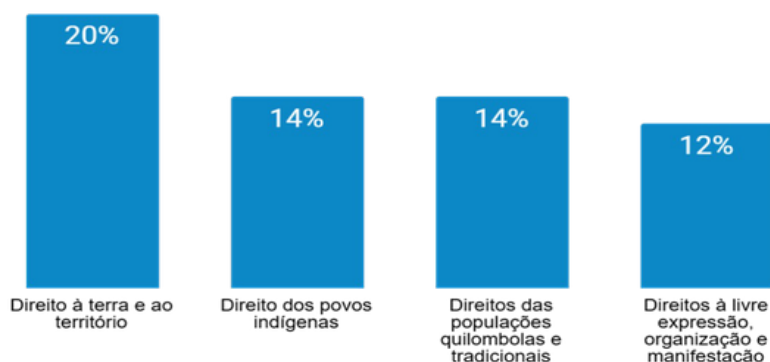
*"O que mudou foi a sensação de estar protegido, de não estar sozinho. Isso nos deu fôlego para reorganizar a luta."*  
—Entrevista, Associação Quilombola.

## Nível de Risco Identificável

| Situação*               | Quant     | %           |
|-------------------------|-----------|-------------|
| Em risco alto/ imediato | 31        | 61%         |
| Risco moderado          | 12        | 24%         |
| Risco não mencionado    | 8         | 16%         |
| <b>Total geral</b>      | <b>51</b> | <b>100%</b> |

\*NOMOMENTO DOPEDIDODEAPOIO.

## Temas prioritários



A proteção de territórios e populações tradicionais é o foco da maioria dos projetos.

## Perfil beneficiários dos projetos

O recorte dos públicos beneficiados revela um foco claro em grupos historicamente marginalizados: pessoas

**negras (36%), mulheres (34%), indígenas (25%) e quilombolas (25%)**

estão entre os principais destinatários dos projetos apoiados.



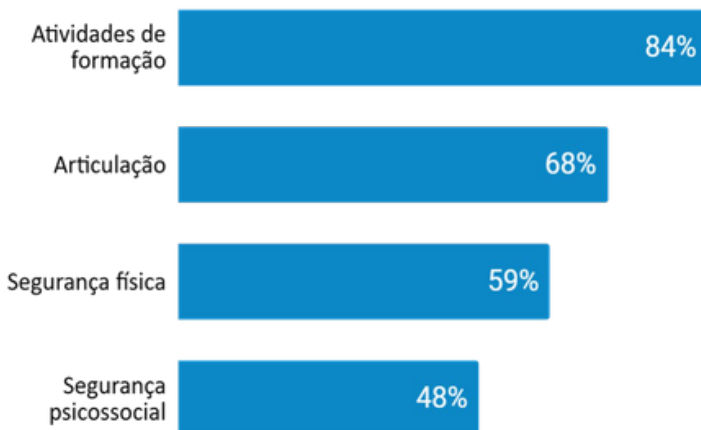
### VOZES DEFENSORAS/ES



*“A gente conseguiu se conectar com outros grupos que nem sabiam da nossa existência. Hoje nos apoiamos mutuamente.” —*

Entrevista, Rede de Defensoras Populares.

## Objetivos dos projetos apoiados



Os projetos apostam em **formação** e **articulação** como estratégias preventivas, capazes de ampliar a consciência de direitos e consolidar redes de proteção e resistência.

## Principais Resultados e alcance dos apoios por editais

| Público       | Beneficiários diretos | Beneficiários indiretos |
|---------------|-----------------------|-------------------------|
| Pessoas       | 1369                  | 13.365                  |
| Famílias      | 3.144                 | 6.635                   |
| Associações   | 12                    | -                       |
| Comunidades   | 41                    | 28                      |
| Defensores    | 161                   | 89                      |
| Indígenas     | 23                    | 10.500                  |
| Lideranças    | 90                    | 300                     |
| Mulheres      | 100                   | 40                      |
| Participantes | 54                    | 57                      |

FBDH -Setembro 2025

Fonte: Relatório Final da Avaliação de Impacto (2019–2023)

Diagramação: SER/Lucenir Gomes

## EXPEDIENTE

**COORDENAÇÃO EDITORIAL:** MÔNICA NÓBREGA

**EDIÇÃO:** ALEXANDRE PACHÊCO,  
ALLYNE ANDRADE,  
ANA VALÉRIA ARAÚJO E  
MÔNICA NÓBREGA

**REVISÃO TÉCNICA:** ALEXANDRE PACHÊCO

**REVISÃO:** MÔNICA NÓBREGA

**PESQUISA E AVALIAÇÃO:** ALEXANDRE PACHÊCO E  
SER – CONSULTORIA EM  
PROJETOS E PROGRAMAS

**TEXTOS:** ALEXANDRE PACHÊCO,  
MÔNICA NÓBREGA E  
NICOLAU SOARES

**PROJETO GRÁFICO:** CRISTIANE CALEGARO

**ARTES:** CRISTIANE CALEGARO

**FOTOS:** ACERVO FUNDO BRASIL

### Equipe Fundo Brasil de Direitos Humanos

#### DIRETORIA EXECUTIVA

ANA VALÉRIA ARAÚJO | DIRETORA EXECUTIVA  
ALLYNE ANDRADE E SILVA | DIRETORA EXECUTIVA ADJUNTA

#### GERENTE GERAL

GISLENE ANICETO

#### LINHA DEFENSORES(AS)

ASSESSOR DE PROJETOS: ALEXANDRE PACHÊCO

ASSESSOR FINANCEIRO: RUBENS SILVA

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MAFOANE ODARA | PRESIDENTE

GERSEM LUCIANO BANIWA

JANIELE DE PAULA

RAFAEL LINS BEZZE

SUSY YOSHIMURA

VERIANO TERTO

#### CONSELHO FISCAL

KARLABATTISTELLA | PRESIDENTE

ERICA PEREIRA DE SOUZA

GISELA SALES CORDEIRO

MARTA ELIZABETE VIEIRA SANTANA (SUPLENTE)

#### CONSELHO CONSULTIVO

ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA

JORGE EDUARDO DURÃO

MARINA MARÇAL DO NASCIMENTO

MARISA PERES

PAULO CARBONARI

VIVIANE MENEZES HERMIDA

#### INSTITUIDORES

ABDIAS NASCIMENTO | 1914-2011

MARGARIDA GENEVOIS

DOM PEDRO CASALDÁLIGA | 1928-2020

ROSE MARIE MURARO | 1930-2014

APOIO

PORTICUS

---

**FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS**

1

**WWW.FUNDOBRASIL.ORG.BR**

2

**INSTAGRAM.COM/FUNDOBRASIL**

3

**LINKEDIN.COM/COMPANY/FUNDO-BRASIL/**

4

**YOUTUBE.COM/FUNDOBRASIL**

5